

GEOGRAFIA, CRISE E CRÍTICA SOCIAL NO CAPITALISMO PERIFÉRICO

Anselmo Alfredo (Org.)

Fábio Pitta, Allan Silva, Ana Ribeiro, Wesley Valentim,
Walid El Khatib, Rinaldo Pinho, Arthur Bassani, Fábio Amaral, Talita
Ferreira, Guilherme Santos, Leonardo Lacerda, Anderson Santos,
Renato Fujicava, Silvio Lima



Igrá Kniga
São Paulo, 2023

Editorial Igrá Kniga

Allan de Campos Silva

Bruno Xavier Martins

Capa

Marília Furman

Revisão

Renata Santos Rente

Diagramação

Allan de Campos Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Geografia, crise e crítica social no capitalismo
periférico / organização Anselmo Alfredo. --
São Paulo : Ed. dos Autores, 2023.

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-991950-1-3

1. Brasil - Política e governo 2. Capitalismo
3. Crítica social 4. Economia mundial 5. Sociedade
I. Alfredo, Anselmo.

23-161896

CDD-301

Índices para catálogo sistemático:

1. Crítica social : Sociologia 301

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Crise do Trabalho e Racionalização da Precariedade: Apontamentos Teóricos Preliminares para uma Crítica da Uberização

Arthur de Matos Bassani

1. Introdução

Muito tem se debatido sobre a “uberização”¹ das relações de trabalho. Afinal, tais moldes de serviços parecem irromper repentinamente “prontos”, interpelando a todos no âmbito do cotidiano com velocidade e abrangência estonteantes. Comumente figurada no trabalhador “uberizado”, como tendência ou nova condição para o exercício do trabalho, a assimilação ao formato “Uber” obtém expressão parelha sob outro ângulo, qual seja, como consumidor desses serviços, ocasião tornada cada vez mais generalizada². A arrancada da empresa que nomina o fenômeno deu-se numa brevidade surpreendente, num só ímpeto as metrópoles brasileiras espertavam-se conquistadas³. E assim, como numa blitzkrieg, uma miríade de automóveis foi mobilizada, guiada por um exército de motoristas particulares, recrutados e dispostos pelas recentes plataformas virtuais. No que se refere à quase instantaneidade da instalação, pode-se dizer o mesmo para os “entregadores de aplicativo”⁴, visibilizados no período sob a vigência do distanciamento social. Nas ruas esvaziadas da metrópole, sobressaíram pela onipresença e indispensabilidade⁵, acelerando as motocicletas, pedalando as bicicletas, diligentes e assíduos, impávidos e incansáveis.

Contudo, afora toda a obstinação e intrepidez, todos os diversos qualificativos ideologicamente colados aos tarefeiros de plataformas digitais dizem respeito, tão somente, à precariedade assaz evidente de seus

contextos ocupacionais, dentro dos quais se situam brutalmente submetidos. No mais, também murchou a primeira euforia frente às potencialidades “disruptivas” do “compartilhamento” (Slee, 2017), em parte esmorecida devido à evidente e chocante degradação do trabalho. Se, antes, alguns vislumbraram alternativas sustentáveis através do advento de uma “economia compartilhada”, hoje tal ideário acha-se tão à míngua⁶ como a maior parte de seus “colaboradores”. Nas metrópoles brasileiras, o desengano referente à utopia do “compartilhamento” se manifestou nítido nas paralisações de entregadores, episódios que trouxeram à tona constrangimentos e dificuldades sem-fim: são jornadas longas, arriscadas, enervantes e que, muitas das vezes, mal bastam para a satisfação das necessidades mais imediatas ou, simplesmente, são insuficientes para solver as despesas transferidas ao trabalho e viabilizar o empresariamento de si.

O presente artigo visa a explanação teórica acerca das condições estruturais que engendram a uberização, enquanto forma de manifestação da categoria trabalho e de sua objetividade enquanto reprodução crítica. Propomos uma problemática para além do momento de “exploração do trabalho”, em especial quando tido como fato contingencial e subjetivo, proveniente de uma desigual correlação de forças entre capital e trabalho, sem relação de necessidade com o processo de crise do valor. Defendemos que o evento se situa em relações interna e objetivamente demarcadas pelo presente fundo histórico de esgotamento da forma social capital. Esse enfoque contrasta o aumento da massa material de capital, em suas diversas metamorfoses (Marx, 1988), com a diluição da substância abstrata do valor⁷, na medida em que a mais-valia global é paulatinamente dirimida (Kurz, 2014). De modo negativo, portanto contra intuitivo (e somente assim o poderia ser à sombra das categorias regentes da modernização), precariedade e aumento racionalizado da exploração dizem respeito à generalização da “superfluidade” do trabalho produtivo (Scholz, 2016). Vale dizer que tal quociente se manifestou, ademais, na criação da

chancela dos “serviços essenciais”⁸. Nessa importância “essencial”, oficial e oficiosamente reconhecida, subentende-se o sacrifício compulsório (ou descarte social) enquanto dever coercitivo delegado a parcelas expressivas da sociedade. Logo, salvo o completo escancaramento dos riscos e do sofrimento intrínsecos, as entregas *express* seguem em embalo crescente, fornecendo de marmitas a documentos, circulando enfim. Ao contrário, ser imolado é quase uma boa sorte na crise⁹, sobretudo quando o sacrifício é tornado “essencial”¹⁰. Sobre a indispensabilidade assente na dispensa, Roswitha Scholz disserta: “quem hoje é precário, do mal o menor, ainda não caiu completamente fora... A precariedade é assim apenas a ameaça do perigo realmente existente da superfluidade” (2016, n. p.).

Tendo em vista a abrangência e intensidade desses serviços, pretendemos alinhar as mediações teóricas mais gerais que perfazem o fenômeno particular enquanto expressão possível de uma “totalidade concreta fragmentada” (Scholz, 2009 apud Pitta, 2019, p. 50). Não obstante situarmos o objeto ao nível de um cotidiano periférico particular, não prescindimos de aprendê-lo com base em sua determinação lógico-histórica negativa de “crise imanente” (Alfredo, 2010) e de “contradição em processo”¹¹ (Marx, 2011, p. 588). Nos distanciaremos das leituras que inferem, a partir da evidência do trabalho precário, um arranjo consistente para a reprodução positiva do valor, em outras palavras, o restauro da acumulação de capital facultada pela exploração de uma extensa legião de serviçais sob demanda. Ao extrapolar o viés sociológico do acontecimento, tencionamos o acesso a outros momentos que compõem a reprodução crítica do valor dissociado que, em conjunto, permitem determinar o trabalho precário e gerenciado de modo altamente racionalizado enquanto forma de manifestação da crise do trabalho. A adesão massiva e repentina aos serviços via aplicativos e a terceirização extremada não se processariam, portanto, através de supostos ganhos individuais dos agentes econômicos (tanto para o capital, como para o trabalho), mas a partir da ameaça objetiva de perdas maiores a níveis sistêmicos. É

sinalizado a generalização da desvalorização do valor, que tem por consequência a reposição de atividades laborais enquanto generalização do sacrifício e o aprofundamento da desclassificação social¹².

Cabe então ressaltar, para uma crítica teórica preliminar da uberização, que a intensificação da exploração nos setores de serviços com trabalho precário e, não obstante, racionalizado, vincula-se enquanto momento de uma totalidade processual fundamentalmente contraditória e crítica; logo, não pode ser tomada de modo indutivo enquanto metonímia da própria totalidade. Também é imprescindível nos reportarmos à maneira invertida pela qual o objeto aparece, associando-o à forma de consciência fetichista, que não é uma simples derivação subjetiva de relações materiais objetivas, mas ela própria objetividade constituinte das relações sociais concretas. É o cerne da mediação, se efetivando como “abstração real”, uma “fantasmagoria” reificante (Marx, 1988).

Dentro de um quadro dinâmico de negação interna da substância semovente valor, pelo qual o desenvolvimento da contradição capital-trabalho se desenrola como dessubstancialização do capital e desvalorização do valor (Kurz, 2014), nos parece que a análise imediata do trabalho uberizado é uma apreensão às avessas dos encaminhamentos da contradição no tempo presente. Isso ocorre pelo fato de o conceito ser informado pela identidade fetichista entre trabalho concreto particular (como dispêndio precário de músculos, nervos, cérebro etc.) e agregação de abstração valor universal. Tal identidade também se prolonga numa convergência imediata entre atos individuais de super extração de mais-valia e a acumulação capitalista baseada na valorização. Argumentamos que essas atividades devem ser reconsideradas na qualidade distinta de seu contexto histórico, cujo enquadramento temporal se posta pela crise estrutural da sociedade do trabalho, figurada em particularidades fenomênicas diversas, tais como a uberização. Esse termo, utilizado como objeto e como conceito, é o alvo de nossa análise, que por ora visa apenas

uma crítica geral à angulação analítica pela qual tem sido contemplado e elaborado.

2. Abstração *versus* matéria: crise imanente e contradição em processo

As categorias da forma social capital (cujo movimento inclui a uberização como fenômeno do real e como conceito que tenciona a apreensão do real¹³), são, em sua negatividade, conduzidas por seu movimento crítico interno. A premissa dessa contradição semovente é o estabelecimento de certos princípios históricos, no qual as categorias existem como formas objetivas de existência autonomizadas (Kurz, 2014)¹⁴, consolidadas pela sociabilidade fetichista da abstração real valor, mas também reforçando as relações de fetiche. Sua dialética, contudo, não se resolve, ou melhor, se resolve criticamente: sua negatividade se fundamenta em uma contraposição interior perene entre abstração/substância e matéria. Nossa proposição é a de que tal contradição possui dupla determinação. Como antinomia elementar à forma capital ela é “crise imanente” (Alfredo, 2010), ou seja, é a simultaneidade crítica da forma social sob a capa do fetiche transcendental do valor. Mas, dialeticamente, é também “crise em processo”, pois possui determinação histórica e, como reprodução crítica, desvela e majora a crise temporalmente (inclusive como “crítica” teórica em processo).

Esse duplo enquadramento da crise, contudo, só pode ser acessado na crítica radical dos fundamentos categoriais em vigor, jamais ancorado neles. Pois, se se considera a elaboração teórica marxiana como que derivada do caráter negativo daquilo que constitui o seu objeto (as categorias da forma social capital, críticas e por isso mesmo criticáveis), a própria teoria crítica torna-se negativa em sua objetividade teórica (Kurz, 2014, p. 321): seus marcos estão postos de antemão pela própria negatividade de seu objeto de crítica. Assim, crise e crítica coincidem ao expressarem modos distintos da negatividade constitutiva do mesmo

processo (Alfredo, 2010), ambas interioridade da forma capital que aponta para os limites alcançados por seu próprio desenvolvimento (Grespan, 2012).

A utilização analítica do conceito de uberização, ao evitar a problematização categorial e extrair seus subsídios teóricos na ontologia do trabalho e na acumulação de capital *ad aeternum*, justificada pela evidência factual do trabalho superexplorado, não incorre somente em uma naturalização das relações sociais fetichistas e historicamente circunscritas ao movimento ensimesmado de valorização em processo. Mais grave, essa desconsideração repercute o procedimento que Kurz classifica como “individualismo metodológico” (2014), pois supõe a reprodução global (“plano do valor”) através de manifestações individuais de empreendimentos empresariais particulares. Essa conduta ignora o caráter histórico dinâmico das categorias que, destituídas de sua dimensão processual, se projetam rigidamente como reprodução sempre idêntica a si mesma, diferindo historicamente somente em termos quantitativos, sendo assim positivada como eterno retorno do mesmo. Em tal chaveamento fetichista, a crítica radical torna-se prescindível e acontecimentos recentes, tais como a uberização, vinculam-se à modificação de conjunturas, sejam elas de natureza contingencial, cíclicas ou de fundo subjetivo (interesse de classe), enquanto certos traços estruturais da produção e reprodução capitalistas permanecem imutáveis.

É o caso quando Antunes, em “Trabalho intermitente e uberização do trabalho no limiar da Indústria 4.0”, sugere que “nas últimas décadas, as empresas ‘liofilizadas e flexíveis’, impulsionadas pela expansão informacional-digital e sob comando dos capitais, em particular o financeiro, vêm impondo sua trípode destrutiva sobre o trabalho” (2020, p. 9). Assim posto, sobressaem os *interesses* das “empresas flexíveis”, cuja “imposição” parece se dar sem relação de necessidade com a crise dos fundamentos da acumulação capitalista (o capital “destrói o trabalho” sem destruir a si mesmo como capital). Assim, também a noção de fetichismo

de um sujeito automático se esgarça frente à ideia de “comando” do capital financeiro: que tipo de comando é esse que “destrói” sua própria substância?

Contudo, é interessante notar que, em poucos passos adiante, o autor sublinhará que “essas tendências em curso, implementadas por corporações globais nesta era agudamente destrutiva do capital, não encontram precedente em nenhuma fase recente do capitalismo pós-Segunda Guerra” (Antunes, 2020, p. 11). Sem querer, se revela o viés “regressivo” da conjuntura (Menegat, 2017), e o que é experienciado objetivamente no cotidiano como “digestão da experiência de crise” (Kurz, 2007) se reflete indiretamente na análise teórica (“era agudamente destrutiva do capital”). Porém, os fundamentos objetivos que se consubstanciam na deterioração da forma social passam ao largo. Enquanto “tratamento da contradição” (Kurz, 2007), o repertório teórico da crítica pautada pelo conceito de uberização termina descolado do movimento histórico concreto. O resultado é o extravio de sua potência avaliativa e transformativa enquanto crítica.

2.1 – A objetividade do fetiche moderno: crítica como ruptura ontológica

Os motoristas e entregadores uberizados, impedidos de definir o preço do próprio serviço oferecido, terminam submetidos às concatenações misteriosas e automáticas engendradas pelos algoritmos dos aplicativos de transporte. Esse fato é referido como flagrante indício da falta de autonomia do trabalhador autônomo, delatando a subordinação crescente do uberizado frente ao controle das “empresas-aplicativo” (Abílio, 2017). Há, contudo, o disfarce dessa degeneração objetiva do trabalho. Tal falseamento se constitui por meio de representações ideológicas (“parceiro”, “empreendedor”, “empresário”) que, ao cabo, escamoteiam a uberização enquanto “nova forma de gestão, organização e

controle do trabalho” (Abílio, 2017). Consideramos, entretanto, ser necessário criticar a problematização assim posta, sem desmerecer sua preocupação em relatar os estratagemas e as manipulações tramadas pelas “empresas-aplicativo”, com sua tecnocracia e seus algoritmos. Para isso, retomaremos os fundamentos da sujeição social pela forma mercadoria e pela forma capital, cujos mistérios e automatismos superam qualquer algoritmo. Somente dentro dessas formas sociais em processo é que as plataformas digitais de serviços podem vicejar, aí se encontra sua determinação.

Com o fito de acessar a crítica radical da forma capital, partimos da análise categorial¹⁵ da forma mercadoria enquanto forma elementar da sociabilidade corrente (sem desconsiderar as ressalvas de Kurz ao início da exposição de Marx, apresentadas em “O dinheiro sem valor”¹⁶). Insistimos no caminho lógico categorial por considerarmos que o escrutínio dessas formas elementares é capaz de fornecer redirecionamentos interessantes no que se refere à gênese lógica dos atuais processos e descaminhos da racionalização (e crise) do trabalho.

2.1.1. Raízes categoriais da racionalização do trabalho

A determinação da forma mercadoria advém da unidade entre valor de uso, que se refere à forma corpórea particular do trabalho individual e privado, de qualidade específica; e valor, cuja substância é condizente à abstração do tempo de trabalho socialmente necessário para a produção que, salientamos, corresponde ao plano global, no qual todas as qualidades distintas dos trabalhos privados e de seus produtos equalizam-se como “gelatina de trabalho humano indiferenciado” (Marx, 1988, p. 47). A troca de mercadorias, confrontação de “produtos de trabalhos privados autônomos e independentes entre si” (Marx, 1988 p. 50)¹⁷, também requer que o valor seja erigido como mediação social, lógica abstrata universal que viabiliza a permuta. Assim, ao passo que institui a equivalência

qualitativa inata, o valor produzido pela *abstração trabalho* provê substancialidade às mercadorias.

Trata-se somente de constatar que o trabalho abstrato, igual, comparável, mensurável com uma precisão crescente em relação ao tempo de trabalho socialmente necessário, o trabalho da divisão capitalista do trabalho, que existe ao mesmo tempo como produto e condição da produção capitalista, surge apenas no curso do desenvolvimento desta e, portanto, somente no curso dessa evolução ele se torna uma categoria social que influencia de maneira decisiva a forma de objetivação tanto dos objetos como dos sujeitos da sociedade emergente, de sua relação com a natureza, das relações dos homens entre si que nela são possíveis (Lukács, 2003, p. 200, 201).

Com a imposição da forma¹⁸ mercadoria estreia o reino da igualdade abstrata. Seus imperativos se estendem desde à equivalência dos produtos até à igualdade jurídica dos sujeitos. Por meio desse estatuto, os trabalhos concretos são iguados. “O que pressupõe a diferença puramente quantitativa das coisas? A uniformidade de sua qualidade. Logo, a mensuração quantitativa dos trabalhos pressupõe a igualdade, a uniformidade de sua qualidade” (Marx, 2011, p. 179). Tudo, portanto, se inclina ao poder da abstração e o discernimento se reduz a termos quantitativos. Assim, também o tempo se deixa subjugar como unidade de medida abstrata, “tempo de trabalho socialmente necessário”. Essa espécie de operação de subtração das qualidades concretas induz a existência dos indivíduos, que somente por meio dela se compreendem e reproduzem a si mesmos, enquanto prática social ou como forma de consciência.

Disso resulta que apenas o princípio básico da igualdade abstrata garante a racionalização do trabalho, bem como dos demais momentos da reprodução social. Somente o trabalho abstrato é apto à mensuração em termos estritamente quantitativos. Assim, torna-se também suscetível à administração pelo tempo vazio da abstração. Lukács situa, no surgimento de “um ambiente no qual o tempo é abstrato, minuciosamente mensurável”, as condições objetivas para a fragmentação racional do trabalho. Nesse “ambiente”, que é a própria forma mercadoria, repousa

tanto a “objetivação da força de trabalho em relação ao conjunto de sua personalidade”, quanto a tendência de rompimento dos “elos de produção orgânica”, a qual viabiliza as transformações dos trabalhadores em “átomos isolados e abstratos”, “cuja coesão é mediada pelas leis abstratas do mecanismo ao qual estão integrados” (Lukács, 2003, p. 202). Essa determinação parece atravessar desde o trabalho parcelar alienado na esteira taylorista até a condução de um veículo orientado por um algoritmo de geolocalização digital. Daí é que advém a importância, para compreensão adequada dessas dinâmicas concretas de racionalização, do referencial à forma mercadoria, enquanto fundamento que aprofunda criticamente tais processos em sua reprodução contraditória.

2.1.2 Sobre a categoria preço

Mas, como a objetividade da abstração tempo de trabalho socialmente necessário não detém materialidade em si – afinal, diz respeito à massa global de trabalho representada na mercadoria individual pela intermediação da concorrência (Kurz, 2014) –, ela toma de empréstimo a aparência corpórea das coisas para objetivar sua “forma valor” (Marx, 1988). Com isso, a relação de valor é ocultada em sua própria forma de manifestação: ao apresentar-se em uma “objetividade concretamente diferente”, (Marx, 1988, p. 56) essa aparição confere autonomia ao polo metafísico do valor. Disso resulta uma consciência fetichista de identidade imediata entre valor de uso e valor no plano da mercadoria individual. Reforçamos que tal “objetividade fantasmagórica” (Marx, 1988, p. 47) provém de uma contradição elementar do capital, entre materialidade física e abstração metafísica, ou ainda, da “coisificação” inerente ao sujeito que conceptualiza o objeto (mercadoria) enquanto exterioridade à forma do seu pensar, em virtude de um pensar imediato e, por isso, coisificado (Alfredo, 2010).

Tal categoria de análise [fantasmagoria] é central em Marx, já aparece logo no primeiro capítulo de *O capital* (1983) e permite a ele desdobrar que valor não está contido na materialidade da mercadoria, mas necessita da sua corporeidade para aparecer socialmente. É em razão de tal forma de aparecimento que o que é uma contradição basilar, a contradição trabalho abstrato x trabalho concreto ou valor x valor de uso é subjetivada socialmente como identidade sujeito-objeto e é de onde advém, então, a crítica de Marx ao fetichismo da mercadoria (Pitta, 2019, p. 33).

A importante aferição de Pitta permite o discernimento entre produção de riqueza material concreta e produção da substância fantasmática do valor, crucial para contextualizar historicamente a uberização. Contudo, é pertinente remontar antes à unidade contraditória entre substância do valor e objetualidade da “forma valor”, pela qual Marx desdobra a forma dinheiro, “figura de valor pronta” (1988, p. 85) erigida como equivalente geral. Dela se refina a linguagem de valor comum às mercadorias na forma preço, expressão ideal do tempo de trabalho socialmente necessário, ou seja, da média social que retroage para validar os tempos dos diferentes trabalhos individuais (Alfredo, 2010). É um processo que passa às costas dos agentes, em relação ao qual os supostos “produtores de mercadorias” não possuem controle, sendo antes por ele manipulados, na medida em que os preços são determinados “a posteriori” pela objetividade da concorrência: a repartição das quotas partes da massa global de valor ocorre de acordo com os níveis de produtividade individuais, por meio da mediação do valor representado em forma monetária.

Esse mecanismo cego revela, na produção de mercadorias, as qualidades distintivas de uma sociedade que já não é dona de si mesma (Kurz, 1992), bem como sua simultaneidade crítica¹⁹. Ademais, se atendo somente às formas elementares e lógico-ideais das formas mercadoria e dinheiro, é possível depreender que a condição dos sujeitos nessa forma social é, por definição, fetichista. A partir desse pressuposto objetivo da sociedade produtora de mercadorias é que se deve investigar as formas de

controle vigente do trabalhador uberizado. Sobre tudo, questionar em que medida os preços gerados por algoritmos *dentro* das plataformas digitais são controlados *fora* delas²⁰. Afinal, o algoritmo não supera o imperativo concorrencial, mas o reproduz em sua mimese.

2.1.3 Economia de Compartilhamento e Cooperativismo de Plataforma

Contudo, a contradição elementar imanente às formas mercadoria e dinheiro só pode ser concebida em sua realidade histórica, quer dizer, na pertença com a dinâmica autorreferente da valorização, na qual a acumulação se põe enquanto princípio e propósito último das trocas (Kurz, 2014). Assim, adicionamos uma nova camada na exposição teórica que transforma o entendimento dos momentos anteriores. “Dinheiro” e “mercadoria” são objetualidades possibilitadas somente pelo fetichismo do capital, no qual o valor suspende-se como “sujeito usurpador de tal processo” (Marx, 1988, p. 126). Cabe aqui uma nota breve sobre as raízes ideológicas da “economia de compartilhamento”. De acordo com Kurz, “se e na medida em que as categorias de base puras da mercadoria e do dinheiro, passíveis de uma representação analítica, já pressupõem o capital como contexto sistêmico, o mesmo se deverá também aplicar à circulação enquanto processo específico na reprodução desse todo” (2014, p. 124). Portanto, conceber a troca ou a circulação simples de mercadorias e dinheiro para além do contexto tautológico do capital é projeção do fetiche moderno como essência constitutiva do ser social. Nada mais que tacanha ontologia, ainda que poderosa.

No entanto, o fetiche é condição objetiva da “sociedade que não é mais dona de si mesma” e a naturalização das categorias se efetiva realmente como forma de consciência. Quando os princípios da forma capital adquirem estabilidade por meio do estatuto ontológico e seus rastros se apagam, medram ideologias portadoras do fetichismo de sujeito. Sob a

matriz a priori do fetiche, o “tratamento da contradição” comumente desemboca em mistificações diversas (Kurz, 2007), como a que supõe uma esfera da “circulação” abstrata, em que produtores individuais livres trocam seus produtos segundo suas próprias vontades e libertos de constrangimentos “externos” e à nível social. Eis os gérmenes ideológicos da “economia de compartilhamento” (e também do “cooperativismo de plataforma”, sua variante mais à esquerda). Kurz salienta que a troca nada mais é que a realização da mais-valia e, enquanto “processo global”, fase terminal do ciclo de metamorfoses do capital que possui como fim a valorização de si mesmo. O logro ideológico, baseado no fetiche do sujeito da troca individualizado, apenas se desconstrói na ruptura ontológica pela crítica radical das categorias:

Nesta ideologia de uma sociedade feita de produtores independentes, em que interesseiramente se esquece o caráter específico da mercadoria que é a força de trabalho, o mercado surge como esfera “natural” de troca de bens de uso, para a qual o dinheiro seria um mero meio auxiliar votado ao desaparecimento. Esta ideologia original da ciência econômica, que sempre constituiu sua base, encontra nos atuais tempos pós-modernos cada vez mais alimento numa consciência “popular” ou de massas profundamente marcada pela hegemonia discursiva das novas camadas médias, também e precisamente porque estas se arriscam a ser trituradas. Para os objetos socialmente auto-afirmativos do “outsourcing” e da auto-exploração, desde os falsos trabalhadores independentes e os pequenos prestadores de serviços precarizados de todas as espécies até às pequenas empresas pseudo-alternativas, vendedores de si próprios e “empresários da vida” da sua força de trabalho, a sociedade apresenta-se precisamente como um conjunto de chafaricas ambulantes que se medeiam de acordo com a fórmula para idiotas $M - D - M$ [...]. O fato de estas formas de existência serem, todas elas, meros derivados da reprodução social global segundo a fórmula do fetiche do capital, ou permanece totalmente de fora da percepção e da autopercepção, ou é simplificado para uma qualquer variante do velho ressabiamento pequeno-burguês contra o “grande capital”, entendido de um modo sociologicamente truncado, e sobretudo contra o grande capital que rende juros dos grandes bancos [...] (Kurz, 2014, p. 142, 143).

Antes de explorar melhor o presente estágio da “contradição em processo” a qual possibilita que a ideologia da circulação seja requeitada como “economia de compartilhamento”, e na qual os indivíduos “se arriscam a ser triturados”, outros pontos carecem de designação.

2.1.4 Uberização e assujeitamento

Da contradição entre abstração e matéria, que no capital aparece como governo do trabalho morto, materializado e acumulado sobre o trabalho vivo como meio de valorização, é que procede a mobilização ao trabalho como contexto que preme todos à tautologia autocentrada da abstração valor (Kurz, 1992). Por isso, reiteramos que é decisivo ter em consideração que, sob os fundamentos capitalistas, sobrevém um “sistema de dominação abstrata e impessoal” (Postone, 2014), respectivo à “dominação da coisa sobre o homem” (Marx, 1988, p. 55), assente no fetichismo enquanto forma de consciência que é inseparável de seu estabelecimento e de sua progressão. Logo, “[...] esse todo ou ‘processo global’, como fetiche do capital ou ‘sujeito automático’, constitui o verdadeiro pressuposto e, assim, a determinação da essência da sua relação autonomizada face aos seus próprios atores, a quem fugiu das mãos [...]” (Kurz, 2014, p. 155). A despeito das personificações referentes ao antagonismo entre capital e trabalho, entre possuidores de dinheiro/meios de produção e possuidores de força de trabalho “livres” (Marx, 1988), tal processo passa por trás das costas dos indivíduos, dos quais se utiliza para seu fim.

Entretanto, o aspecto impessoal da sujeição social é inexplorado pela maior parte dos que se ocupam do fenômeno do trabalho em plataformas digitais. O que há é a habitual intenção de promover a análise utilizando o conceito de uberização a partir “do ponto de vista do trabalho” (Postone, 2014). Ao presumir que nada transpõe o interesse

imediatos dos agentes envolvidos, tal enfoque reduz a complexidade da dominação social para o nível subjetivo da vontade individual ou de classe (fetichismo de sujeito), obnubilando o oxímoro de uma relação social objetivada e que se personifica ao mobilizar a sociedade para seus fins.

Para Postone, essa ótica também devém do mal discernimento da categoria valor, incompreendida como “forma de riqueza específica” e encolhida à ideia de via “indireta” de socialização entre produtores individuais na esfera do mercado (2014). Se a demarcação histórica do trabalho se dilui como entidade transhistórica, a “produção de valor” abstrata é naturalizada e o que se põe em questão é apenas a sua distribuição, que deve ser disputada de acordo com interesses de classe opostos. Daí a importância de se distanciar das análises que neutralizam a esfera da produção e se satisfazem com a denúncia das desigualdades distributivas do valor. Salientamos: é o próprio valor e sua igualdade abstrata que carecem de crítica. Essas são as condições objetivas da dominação social que, como aventamos, concede oportunidade histórica à racionalização do trabalho por meio de sua determinação abstrata (igualdade), assujeitando os indivíduos às leis cegas da concorrência (liberdade).

De fato, Marx destituiu a aparência harmônica relativa à esfera da circulação (contrato entre iguais possuidores de mercadorias) quando remete ao momento de exploração do trabalho como negação da equivalência, troca desigual em prol do capital. Porém, como já realçamos por meio do conceito de fantasmagoria e da crítica da identidade sujeito-objeto (Pitta, 2019), a aparência de equivalência advém do fetiche de materialidade, referente à relação contraditória entre a abstração valor e a sua forma de manifestação. Assim, a relação capital-trabalho revela a verdade por de trás do princípio de equivalência enquanto preceito da sociedade dos produtores de mercadorias. A nível teórico, a reivindicação da distribuição mais justa do valor, ainda que necessária e urgente nas superfícies da “contrapraxis imanente” da política (Kurz, 2007), inverte os

termos e os “positiva” ao partir do “contrato entre iguais possuidores de mercadorias”. Ou por outra: é o paradigma fetichista que supõe a identidade entre trabalho e produto do trabalho que, por seu turno, sustém a concepção de base distributiva. Assim, não apenas cabe a crítica à “economia compartilhada” que propõe a restituição de uma fantasiosa circulação simples ora viabilizada pelas plataformas virtuais; mas, também, às análises teóricas que se encerram na investigação de estratégias operacionais da tecnocracia e sua nova engenharia de dominação por aplicativos, apresentadas como “o” motivo da racionalização do trabalho precário e da falta de autonomia desses trabalhadores, pelas quais os empresários de si mesmos são brutalmente explorados.

2.2. - Crise imanente e contradição em processo

Neste item, tencionamos situar o fenômeno da uberização em seu devido enquadramento histórico de crise estrutural da prática social fetichista do trabalho, que confere substância às categorias modernas e dá a possibilidade histórica e objetiva para a sua autonomização. O que se seguirá é uma leitura geral, ainda presa ao campo da lógica antitética interna da forma social capital, no qual a história moderna se desvela como teleologia negativa das categorias em processo, ou seja, no reconhecimento de certa direção no movimento fantasmagórico e automático das relações sociais objetivadas, referida como “imposição de um desenvolvimento permanente (sempre a subir no vetor do tempo) com repercussões igualmente progressivas sobre o fim-em-si do processo de valorização” (Kurz, 2014, p. 216). Assumimos que tal análise é abstrata e que seu largo espectro não convém ao exame mais detalhado que merecem as diversas particularidades concretas. Contudo, ela se ajusta ao propósito de exposição do problema que, neste momento, se limita à indicação das mediações mais abrangentes entre reprodução crítica do valor e o

fenômeno da racionalização do trabalho precário em plataformas digitais, a partir dos termos supracitados de “crise imanente” e “contradição em processo”. Por fim, também é válido dizer que não pretendemos associar o fenômeno como forma de manifestação direta ou uma espécie de prova cabal do colapso da modernização. Gostaríamos apenas de sugerir que a opção pela crítica categorial e pela ruptura ontológica, que implica consigo a menção à crise, fornece leitura alternativa e consistente do objeto sem, contudo, renunciar à radicalidade de Marx, como exercício de reflexão interno às categorias marxianas, porém renovando o alcance desse aparato teórico (Kurz, 2014).

As atividades “uberizadas” trouxeram à tona o debate sobre nova prevalência da mais-valia absoluta para a acumulação de capital. Historicamente, contudo, a sustentação do capitalismo sobre suas próprias bases materiais significou inclusive a superação da mera extensão absoluta da mais-valia, expressa no prolongamento da jornada de trabalho. A fim de se compatibilizarem com o nível social de produtividade vigente, os capitais individuais repõem-se concorrencialmente numa atualização incessante em favor do aumento de tempo de trabalho excedente. A dinâmica do capital é, portanto, a do encurtamento do trabalho necessário e, dentro desse encadeamento, correspondem: a) a produção de mais valia relativa, na qual a perda da substância valor das mercadorias tem por consequência a diminuição do valor do capital variável; e b) a subsunção real do trabalho, adequado à base material das forças produtivas sociais, então preconcebidas pelo apriorismo fetichista da relação de produção (Marx, 1985).

Com isso, não se quer dizer que ambos os momentos, da mais-valia absoluta e da mais-valia relativa, não possam coexistir e combinarem-se entre si²¹. Trata-se, sobretudo, de ressaltar que há uma constante atualização do tempo abstrato, unidade de medida desmedida, referida a uma dinâmica processual interna que impede que as categorias se reproduzam de maneira idêntica e estável no tempo histórico. O

movimento de reprodução ampliada se realiza, tendencialmente, através de ininterruptas revoluções de diminuição de tempo de trabalho necessário, prescritas pela necessidade de expansão relativa da taxa de mais valia. Aí reside o desenvolvimento irrefletido das forças produtivas sociais. A crescente produtividade do trabalho se materializa no aumento relativo dos meios de produção, quando comparados à força de trabalho que neles se incorpora (Marx, 1988b, p. 155).

A predominância da mais-valia absoluta até o início do século XX é o determinante, então, da acumulação de capital e da valorização do valor, e as crises desta é que impõem a constituição de novas formas de exploração do trabalho. Isso porque o impulso impessoal da concorrência a mover o desenvolvimento das forças produtivas desdobra aquela contradição basilar da totalidade (fragmentada) social entre trabalho abstrato e concreto e valor e valor de uso da mercadoria como seu duplo necessário na contradição entre o montante de capital a se valorizar (corporificado no dinheiro e na maquinaria, trabalho morto) e trabalho vivo a ser explorado – mercadoria capaz de valorizar o valor – tornando cada vez mais difícil desta ocorrer, o que Marx denominou aumento da composição orgânica dos capitais e sua consequente queda tendencial da taxa de lucro. Tal contradição engendrava os momentos de paralisação relativa da produção de mercadorias e apareciam como crises econômicas recorrentes, porém, destacamos, que nunca se repetiam nos mesmos termos em relação à contradição inerente à composição orgânica do capital, que só poderia se aprofundar (Pitta, 2019, p. 36).

Em termos da acumulação, a poupança de trabalho vivo pelo incremento de trabalho morto se dá enquanto aumento da composição orgânica do capital. Isso se expressa na produção de mais mercadorias em menos tempo, onde cada exemplar particular contém menos tempo de trabalho agregado, já que o trabalho *in actu* deve conservar proporcionalmente mais valor do que anteriormente incrementava²². Contudo, como já foi referido através da noção de “fantasmagoria”, o fetiche se efetiva na aparência de coincidência entre produção material e abstração valor.

O caráter contraditório que constitui a acumulação capitalista, conferindo-lhe a determinação crítica, para Kurz a nível relativo (2014), para nós enquanto crise imanente, se dá pelo incremento da abstração trabalho, “fonte da riqueza”, não estar *pari passu* ao permanente complemento do volume material do capital global (Marx, 1988b). Sua substância se determina pelo componente variável, em queda relativa quando comparada à grandeza total do capital acumulado. O aumento da composição orgânica expõe a tendência contraditória da acumulação em repelir a própria substância valor, na mesma medida em que esta lhe fundamenta enquanto finalidade de valorização. A lógica de acumulação é, portanto, a lógica da contradição, negação da substância do valor como movimento sincronizado ao processo de valorização. A crise é então imanente à reprodução ampliada, na medida em que constatamos a real identidade da acumulação na crise enquanto sua negatividade, pela simultaneidade da oposição entre abstração e matéria.

No exame da Lei da Queda Tendencial da Taxa de Lucro, Marx expõe a simultaneidade da crise enquanto tendência de queda interna irreduzível, que permeia o momento de expansão. A “massa” crescente de lucro, advinda da maior taxa de exploração do trabalho que decorre da poupança de trabalho vivo, coaduna-se com o decréscimo da “taxa” de lucro, relativa a uma maior composição orgânica contraposta à massa de mais valia extraída. A diminuição da massa de trabalho vivo anexado aos meios de produção implica, entretanto, descenso de seu próprio escopo, ou seja, de trabalho não pago, mais valia, assim como decréscimo de sua fração no valor global. Nesse deslocamento é que se verifica o contrassenso tendencial, na qual a celeridade da acumulação mina sua substância, porém aparentada como aumento da massa de lucros, de mercadorias, de capital etc., o que remete à contradição elementar dessa sociabilidade, entre abstração e matéria. Porém, a crise anuncia-se somente nas ocasiões de acentuação dos impedimentos. Quando a contradição entre abstração essencial e materialidade prefigurada em aparência atinge seu clímax, tal

negatividade é identificada fenomenicamente enquanto crise (Grossman, 1979), cíclica, circunstancial ou de fundo subjetivo.

As crises manifestam a tendência ao colapso circunstancialmente interrompida pela interioridade contratendencial da reprodução, reprojando-se em dificuldades cada vez maiores de valorização para o capital cumulativamente acrescido (Grossmann, 1979). De acordo com Mandel, tais contrariedades atingem o ponto de inflexão na etapa de automatização da produção, que decorre da terceira revolução tecnológica, quando a aceleração qualitativa do aumento da composição orgânica do capital torna a criação de valor menos importante do que sua preservação, o que altera a proporção entre criação de mais valia e sua apropriação como “superlucro” (1982). O “limite interior absoluto” (Mandel, 1982, p. 146) provém da escassez de massa de mais valia produzida, resultado da gradativa eliminação do trabalho vivo no processo de produção. Destarte, o vertiginoso decréscimo da massa de mais valia, “fonte básica de riqueza”, confere à automação status paradigmático de veto final à reprodução insuflada pela massa global de valor proveniente da exploração do trabalho.

De modo similar, Kurz assinala que a decadência da forma social capital só irá adquirir contornos definidos com o advento da revolução da microeletrônica, em meados da década de 70, pondo a termo os mecanismos de compensação fordistas pautado na “expansão interna” da produção real de valor²³ (1992). Justamente nesse marco, em que se altera bruscamente a entonação do processo de acumulação através do estabelecimento de um novo *standard* de produtividade social (Kurz, 1992), que as tendências à precarização racionalizada e o regresso à mais valia absoluta devem ser situadas. Suas determinações se põem pela potencialização das interdições que transpassaram todo o desenvolvimento do modo de produção capitalista enquanto imanência da crise, e que agora tornam a reprodução social descompassada face suas categorias fundantes, enquanto crise em processo.

A crise do trabalho procede, em parte, devido aos extraordinários níveis de produtividade pressuporem uma elevada composição orgânica de capital. Por um lado, devem ser mobilizadas frações minguantes de força de trabalho para movimentar uma porção crescente de meios de produção. Nem por isso, contudo, a categoria trabalho se extingue. Em Kurz, tal conjugação se expressa na expansão do trabalho consumido improdutivamente, tanto no que concerne às exigências infraestruturais da produção, como no tocante ao fenômeno de terceirização, que externalizam os custos de produção através de novas ramificações empresariais. Ainda que sejam apercebidas como atividades autônomas, esses serviços são derivações do aprofundamento da racionalização do trabalho. Em parte, visam a eficiência máxima do trabalho mobilizado, justamente devido à tendência de decréscimo do volume total de trabalho. Nesse sentido, “crise do trabalho” significa objetivamente máxima exploração do trabalho. Por outra parte, retira-se das planilhas de contabilidade individuais as despesas internas das unidades de produção empresariais. Nesse cenário de “crise estrutural das despesas gerais sistêmicas” (Kurz, 2002), a racionalização se exprime na contenção dos “faux-frais de production”, estendidos para além do alcance da produção de valor.

Por outro lado, tem-se a necessidade de efetuar montantes de investimentos extraordinários, o que requer uma frequente incursão ao crédito, com importância e autonomia cada vez maiores. Ademais, devido às dificuldades em que se encontram os capitais reais, vem à tona a preponderância do capital que rende juros. Para Kurz, a atual conjuntura crítica do moderno sistema produtor de mercadorias ocasiona a desvinculação completa e em grande escala do capital financeiro, tornado independente da base real de produção de valor (2002). O desligamento do equivalente geral em relação à abstração fundadora do valor conforma a consciência fetichista moderna e se dá enquanto desdobramento de oposições básicas à forma mercadoria, dialética negativa entre essência abstrata e aparência material. Esse movimento de autonomização, onde o

dinheiro se valoriza unicamente pela qualidade distintiva de ser dinheiro, é intitulado por Marx como “capital fictício”, e configura-se como promessa de trabalho futuro a ser solvida pela produção vindoura. Contudo, quando o processo de acumulação repousa na contínua injeção de capital fictício para manter-se em apuro, respondendo somente aos estímulos de dinheiro creditício “sem substância” (Kurz, 2002), manifesto no endividamento generalizado e postergação do déficit, torna-se evidente a precariedade das relações de produção capitalistas em sua totalidade. Através da valorização fictícia, honram-se os compromissos que a produção de substância valor, na forma de mais valia, não pode mais remunerar.

O limite absoluto não aparecerá sob a forma duma simples aceleração linear da “queda tendencial”, de modo que o capitalismo seja abandonado com resignação pelo *management*, por falta de rentabilidade. Antes, atingido o limite absoluto, finda também a acumulação absoluta de “valor” em geral. Em termos substanciais: a taxa de lucro não “diminui”, mas deixa totalmente de existir, com o desaparecimento de massas suplementares de valor. O conceito torna-se sem sentido. Ao mesmo tempo, o processo de acumulação continua ainda formalmente por certo período (e assim são auferidos lucros em termos formais), mas já sem nenhum vínculo com a substância real do valor (em queda), guiado apenas pela agora incontrolada criação de “capital fictício” e de dinheiro sem substância, nas suas diversas formas fenomênicas (Kurz, 2002).

O desligamento da substância abstrata animadora da sociabilidade moderna se expressa na superfluidade do trabalho, enquanto simulação da relação social basilar ao processo de acumulação. Contudo, sua dessubstancialização não acarreta sua obsolescência ou superação, ao contrário, as categorias elementares da forma social capital permanecem a matriz das práticas sociais concretas dos agentes. Em outros termos, não obstante suas bases fictícias, as ações não são por isso menos reais, cujo potencial autodestrutivo cada vez mais escalado segue sendo conduzido pelo sentido antissocial autorreferente do capital.

Por sua vez, a uberização exprime a forma de ser dessa caducidade e reiteração explosiva, de relações cujo o conceito de alienação não é capaz de desvendar plenamente, pois destituídas até mesmo da justificativa reificada e fetichista da valorização valor. Em questão está:

[...] a realidade que vivemos, que se apresenta, paradoxalmente, crítica e imutável, isto é, vivemos inúmeras crises, muitas, no limite e *aparentemente*, absorvidas e controladas, o que nos leva ao ponto de partida: o mundo reproduzido tal qual está constituído, a estrutura social e econômica fundamental preservada (Damiani, 2008, p. 28).

A racionalização da precariedade é também a precariedade da racionalização, é a efetividade negativa do trabalho, quando a exploração é necessária mesmo quando insuficiente para solver as promessas de realização futura. Situamos, assim, os sentidos lógico-históricos negativos da superexploração em plataformas digitais. Justamente, a reflexão acerca da permanência crítica da forma social, “conceito tornado sem sentido” (Kurz, 2002), se constitui como cerne de nossa investigação sobre a uberização.

3. Uberização

Neste tópico, pretendemos elucidar de que maneira a uberização das relações de trabalho e a economia de compartilhamento manifestam o antagonismo do crescimento material face à minoração da produção de valor, em outros termos, de uma mais valia global que não é capaz de vingar a reposição ampliada da forma social capital. Evidenciaremos que esses acontecimentos estão inseridos em um contexto de incapacidade de reestabelecimento da normalidade da produção de valor, devido à impossibilidade de regresso a níveis anteriores da produtividade do trabalho. Portanto, o fenômeno alude às formas particulares de manifestação do colapso da forma social capital, como a presente

combinação entre racionalização empresarial e super exploração do trabalho.

3.1 Consumo de massas, crise de realização e economia do compartilhamento

Sob o invólucro do capital fictício, se denota o distanciamento absoluto dos planos do trabalho e do dinheiro, as “duas faces de uma mesma moeda” (Kurz, 2002) que constituem momentos da totalidade concreta da forma social capital. Essa completa desvinculação se revela em séries de disfuncionalidades que carecem de tratamento prático e teórico. Como já salientamos, os ajustes emergenciais são resultado histórico do próprio movimento antitético da reprodução, que anula seus próprios termos ao interditar a via da valorização do valor por meio da contínua expansão do trabalho produtivo. A determinação temporal da crise, enquanto “contradição em processo”, constrange as “contratendências” internas do modo de produção capitalista, que acomodaram o curso negativo do desenvolvimento capitalista por períodos limitados de tempo. Contudo, também já avistamos que embora a acumulação e a reprodução ampliada das relações de produção sejam invalidadas pelo atual desenvolvimento das forças produtivas do trabalho, não são revertidas em uma suplantação e abolição automáticas da forma fetichista. Assim, “do mesmo modo que o sistema capitalista produz e reproduz a si mesmo econômica e incessantemente num nível mais elevado, a *estrutura de reificação*, no curso de desenvolvimento capitalista, penetra na consciência dos homens de maneira cada vez mais profunda, fatal e definitiva” (Lukács, 2003, p. 211, grifos nossos). Se entrevê que a “contradição em processo” é, inclusive, a cristalização e o aprofundamento dessa “estrutura de reificação”.

A crise estrutural do capital é, contraditoriamente, o reforço da objetividade do fetiche, bem como a ampliação do “ambiente no qual o tempo é abstrato” e sugestível a sua racionalização (Lukács, 2003). Desse modo, a incapacidade de contrabalanceio se sustenta sem rupturas: não há qualquer forma de ação “emergencial” para além dos artifícios internos à matriz fetichista da abstração real. A diferença histórica entre tais ajustes para com os mecanismos contratendências consiste no fato de que, no passado, houve postergação da inclinação imanente à desvalorização e a dessubstancialização. A história do desenvolvimento capitalista não permite que os mesmos truques funcionem duas vezes (a não ser como farsa²⁴, como “representações” mobilizadoras da prática social). Isso é válido para o recurso que Kurz denomina como “expansão interna” do modo de produção capitalista, o qual conjugou a generalização da produção baseada na mais valia relativa com o consumo ampliado de massas, receita que instituiu certo padrão de cotidianidade capitalista.

No esquema revisado há *feedback* (equilíbrio momentâneo, provisório) dentro de relações de produção determinadas (as do capitalismo) entre produção e consumo, entre estruturas e superestruturas, entre conhecimento e ideologia. [...] os interesses de classe não bastam para assegurar o funcionamento da sociedade em sua globalidade durante o tempo em que ela funcionar. A *vida cotidiana* se define como lugar social desse *feedback*. Um lugar desdenhado e decisivo, que aparece sob um duplo aspecto: é o *resíduo* (de todas as atividades determinadas e parcelares que podemos considerar e abstrair da prática social) e o *produto* do conjunto social. Lugar de equilíbrio, é também o lugar em que se manifestam os desequilíbrios ameaçadores. Quando as pessoas, numa sociedade assim analisada, não podem mais continuar a viver sua cotidianidade, então começa uma revolução. Só então. Enquanto puderem viver o cotidiano, as antigas relações se reconstituem (Lefebvre, 1991, p. 39).

Consideramos que a uberização está no bojo dos esforços de manutenção da cotidianidade capitalista urbana nos ameaçadores limiares de sua crise estrutural.

Antes, vale lembrar que a dilatação do consumo, por vezes apercebida como conquista subjetiva do trabalho, está associada à modulação histórica de compensação fordista²⁵. Esse momento se reporta à dinâmica objetiva e negativa da reprodução ampliada (crítica, mas ainda não em estágio histórico decisivo no período fordista). O aumento do “poder de compra”, fenomenizado como consumo de massa, expressa o progressivo desenvolvimento da força produtiva social do trabalho, em “que, por meio do crescente emprego da maquinaria e de capital fixo, de modo geral mais matérias primas e auxiliares são transformadas pelo mesmo número de trabalhadores no mesmo tempo, ou seja, com menos trabalho, em produtos” (Marx, 1988b, p. 155). A produtividade se amplifica com o aumento da composição orgânica, traduzindo-se na contradição de que produzir mais mercadorias significa produzir menos valor. Portanto, a ampliação do consumo constitui-se negativamente como necessidade crítica face à detração do valor. Enquanto “consumo de massas”, novos segmentos ou camadas sociais são incumbidos de absorver uma progressão monstruosa de mercadorias que, individualizadas, representam cada vez menos valor, a fim de contrabalancear a tendência de crise²⁶.

Logo, a extensão do consumo se constitui enquanto negatividade perante o prisma analítico da crise imanente. Numa dinâmica processual contraditória entre a forma valor e seu conteúdo material, o consumo de massas remete aos expedientes expansivos que servem de contrapeso à redução do valor. Que significaria, então, sob a ótica dessa “contradição em processo”, a incapacidade de exacerbar o consumo social pela ampliação da mais-valia relativa²⁷? Seja para integrar quem antes era marginal ao consumo de massas, seja para preservar precariamente os indivíduos integrados à cotidianidade capitalista, advém o “socorro” creditício, para onde se destinam as gigantescas inversões de capital. Consideramos que tal conjuntura expressa grave sinal de aprofundamento

crítico da reprodução fetichista, indicativa da tendência efetiva de dessubstancialização do capital.

Sem dúvida, o mecanismo do crédito enquanto adiantamento de dinheiro, capital etc., diz respeito a um recurso que remonta aos primórdios dessa forma social, objetivando que as metamorfoses do capital, produção e circulação de mercadorias, não sejam interrompidas. Entretanto, com o descolamento completo entre dinheiro e trabalho, característico da crise da modernização, a assistência do crédito não mais se posta como expediente de ordem e importância menores. Nesse nível, toda a expansão da forma social é velada pelo capital fictício: o dinheiro se “valoriza” sem a mediação da produção real e essa ficção acoberta a reprodução do capital. Isso se estende desde a cadeia de investimentos da produção real de mercadorias, que “em contínuo aumento, já não podem ser financiados integralmente com os próprios meios, isto é, através da massa real de lucro” (Kurz, 2002), até às molas de impulsão da capacidade de consumo da sociedade baseadas na democratização do acesso ao crédito. Assim é que a falta de “poder de compra” emerge como problemática contemporânea, cujas mediações devem ser situadas na defasagem de mais valia produzida enquanto desdobramento interno da tendência à sobreprodução material desvalorizada.

Ademais, não basta considerar que as crises de realização se referem à paralisia do ciclo do capital ($D - M - D'$) na forma particular “capital-mercadoria”, quando “mercadorias invendáveis acumuladas obstruem o fluxo da circulação” (Marx, 1988a, p. 41). Para Kurz, o problema da incapacidade de realização do valor das mercadorias é forma fetichista de se apreender a crise, pois esse enquadramento distingue mal riqueza abstrata e conteúdo material. Como já adiantamos quando introduzimos o conceito de fantasmagoria, aí reside a relação negativa que determina a identidade entre sujeito e objeto. Pois, não é o caso de que se “teria ‘produzido’, por assim dizer, ‘demasiado valor’ sob a forma de corpos de mercadorias que só não poderia ser ‘realizado’ suficientemente

na forma do dinheiro”, (Kurz, 2014, p. 230). O primordial a se considerar é que essa massa material é produzida à revelia do processo real de valorização, portanto é produção monstruosa de uma coleção de mercadorias sem substância valor. A aparência de “crise de realização” corresponde mais ao fetichismo da materialidade que escamoteia o desvanecimento da abstração tempo de trabalho necessário social.

Um conceito de crise completamente diferente resulta quando nos concentramos na formulação marxiana do problema [...] que não parte da existência de uma contradição no âmbito da substância do valor como mero ‘problema de realização’, mas dessa contradição muito mais profunda e fundamental entre a riqueza material ou concreta, por um lado, e a substância do valor enquanto tal, por outro. A falta de procura como falta de poder de compra na forma dinheiro não é outra coisa senão o reverso de uma falta de substância do valor dos próprios produtos enquanto mercadorias, ou seja, de uma falta geral da produção do valor. Nesse caso, porém, também o papel do desenvolvimento das forças produtivas tem de ser concebido de um modo completamente diverso, a saber, como o movimento da própria contradição interna (Kurz, 2014, p. 234).

O problema da realização enquanto falta de poder de compra dá-se numa chave interpretativa de viés subjetivo e de dominação pessoal (Kurz, 2014), na qual o valor é definido somente em termos distributivos e não como forma de riqueza abstrata (Postone, 2014), metafísica que só se corporifica nos valores de uso como fetiche. Dentro da “matriz fetichista a priori”, contudo, o fetiche ganha objetividade real: o tratamento prático da crise de realização se efetua pela reabilitação ou capacitação do consumo de massa, que infla o “poder de compra” artificialmente, pela distribuição de crédito, o que é bem diferente e não possui qualquer correlação histórica com o mecanismo de compensação de “expansão interna” antes citado. Quando as bolhas estouram e a fonte infinita de crédito rareia²⁸, surgem por suposto as “soluções criativas”. Ante a incapacidade generalizada de valorizar o valor, a economia de compartilhamento expressa a incapacidade de se consumir monstruosamente (e também de trabalhar), ou seja, de viver integrado à cotidianidade capitalista, a não ser

negativamente. Florescem novos ramos de serviços autonomizados que, ao se apresentarem maquilando o desastre, intentam instituir uma nova normalidade, que na verdade indicia a normalidade da crise.

Sob o véu ideológico do empreendedorismo, da inovação e da sustentabilidade, a “falta de poder compra” enquanto dessubstancialização do capital logra ser superada através de um compartilhamento remunerado de mercadorias e serviços. A incapacidade de consumo monstruoso é debelada pela venda da “experiência de consumo da mercadoria” ao invés da própria mercadoria, ou ainda no pagamento de um serviço (carona, por exemplo) ao invés de compra da própria mercadoria (carro, por exemplo). Se unem tecnologia fina, desenvolvimento das forças produtivas que dispensa trabalho e assim mina a produção de valor, com a autonomização das “funções intermediárias”²⁹ (Mandel, 1982, p. 269), que se referem à dinâmica de corte de custos do capital em geral, porém de aparência positiva, oportunidades de investimento para o capital fictício excedente³⁰ (Kurz, 2002).

Somente sob o plano do individualismo metodológico, que toma o plano social do valor pelo viés restrito do capital individual, é possível conceber que o corte e a transferência de custos crescentes num contexto de crise, que se efetuam por intermédio desses serviços³¹, podem ser metamorfoseados em acumulação global de capital e reprodução positiva da valorização do valor. Essa concepção, que supõe a acumulação através da subtração da massa global de valor (custos), é partilhada tanto pelos entusiastas da economia de compartilhamento como por seus “críticos”, que denunciam a precarização dos serviços via aplicativo e através dela vislumbram uma renovação perversa do capitalismo, de fundo subjetivo³².

Ainda é necessário afirmar que as inovações “disruptivas” que as empresas de aplicativos pleiteiam para si procedem, exclusivamente, de inovações prévias adotadas pela indústria, que remontam aliás à automação e à dispensa estrutural do trabalho. Como esclarece Mandel, “longe de representar uma ‘sociedade pós-industrial’, o capitalismo tardio

constitui uma industrialização generalizada universal pela primeira vez na história” (Mandel, 1984, p. 271). Aos poucos, a dispensa do trabalho nos serviços também torna-se uma realidade³³. Todavia, neste item importa destacar que a ascensão e a autonomia desses setores econômicos específicos correspondem ao patamar que os custos internos da produção alcançaram, em especial, após a revolução microeletrônica. Sua ramificação em incontáveis atividades é proveniente do grau de racionalização atingido pela diversidade de procedimentos operativos, ampliando o terreno das funções de intermediação devido à dilatação das “despesas gerais” da reprodução (Kurz, 2002), o que confere às mesmas uma aparência de independência crescente da mais valia industrial (Mandel, 1982, p. 269). Veremos, adiante, que a racionalização do trabalho, quando reproduzida em condições de minoração da mais valia global, implica também o risco crescente de ser “triturado” no emprego sacrificial da força de trabalho.

3.2 Precarização das relações de trabalho e uberização como racionalização

Além da “falta de poder de compra”, modo de apreensão imediata da defasagem entre as relações de produção vigentes e o desenvolvimento das forças produtivas no estado em vigor, outra forma de manifestação da crise estrutural da abstração real valor alude à “precarização” do trabalho. Embora no bojo da produção alicerçada pelo capital fictício sem valor, tal disfuncionalidade é tida muitas vezes como prova incontestada de uma acumulação de capital em seguimento, subsidiada mormente pela exploração do trabalho que, nesse critério, seria reatualizada especialmente pela intensificação do processo de trabalho nos termos da precarização racionalizada contemporânea. Para Abílio, Amorin e Grohmann (2021, p.

28), “o trabalho subordinado por meio de plataformas digitais integra os dilemas contemporâneos sobre o mapeamento e reconhecimento da exploração do trabalho e de sua centralidade nas formas contemporâneas da acumulação capitalista”.

Neste tópico, pretendemos ressaltar algumas mediações que, através da referida contradição em processo entre abstração e matéria, impedem uma conclusão que identifique no trabalho precarizado ou, no caso em questão, uberizado, a salvaguarda para a crise sistêmica da forma capital. Portanto, nosso argumento é o de que a uberização não serve de esteio para uma valorização positiva do valor em termos globais da reprodução social, mas antes é forma de ser da crise do trabalho, expressão da crise dos relacionamentos categoriais internos à sociabilidade moderna. Isso, diga-se de passagem, é qualitativamente diverso da mera “associação dos trabalhadores uberizados, de baixas qualificação e remuneração, à descartabilidade social, como se a uberização pudesse ser simplesmente sinônimo de um novo tipo de gestão do desemprego” (Abílio, Amorin; Grohmann, 2021, p. 29). Tendo em vista que estamos interessados na crítica das categorias da Economia Política, e nos importa mais a crítica lógica e histórica à categoria trabalho do que a defesa da “centralidade da categoria trabalho”, a crise (e crítica) do trabalho não se postam como deduções imediatas a partir do fenômeno do desemprego ou da precarização visibilizados. Ao contrário, essas leituras advêm de mediações que consideram o volume de trabalho mobilizado (inclusive, aquele despendido nos serviços improdutivos e autonomizados, eleitos como novas frentes de valorização em detrimento do ângulo do capital global) e sua absoluta discrepância com a massa de dinheiro sem valor que compele a reprodução social como totalidade (da qual o trabalho precário é apenas *um* momento, cuja centralidade pode muito bem ser posta em questão, vide os outros momentos dissociados da reprodução). Desta feita, a ficcionalização não se reduz à certa desproporção quantitativa entre a produção real e a financeira, mas é a qualidade nova da “monstruosidade”

social, descolamento essencialmente diverso e que remete à já citada crise imanente e à identidade fetichista entre sujeito e objeto (forma de consciência e forma de manifestação material).

Anteriormente, discurriremos sobre a disparidade crescente entre capital fixo cientificizado e a massa de trabalho capaz de utilização rentável por unidade, contradição expressa no emprego cada vez maior de capital monetário para viabilizar a produção. Isso “significa simplesmente que o real capital empresarial, para poder continuar a produzir na situação actual, tem de hipotecar antecipadamente quantidades cada vez maiores de trabalho a utilizar no futuro (ou seja, futuros ganhos)” (Kurz, 2002). As promessas de trabalho futuro, que exigem empréstimos cada vez maiores provindo do sistema financeiro, se entrecrocavam com a capacidade progressivamente menor de mobilização de trabalho em acordo com a produtividade social, no plano do capital produtivo. Daí, se segue a dependência crescente do capital empresarial que rende juros. Num contexto de intensificação concorrencial, a saída comum é a externalização e terceirização dos custos da unidade empresarial individual.

O trabalho precário racionalizado se constitui no invólucro das promessas irrealizáveis de trabalho futuro, proferidas dentro do tempo presente de crise do trabalho. Como isso pode ser? Na medida em que o desenvolvimento das forças produtivas determina o mote contraditório da reprodução social e, enfim, converge até o ponto da dessubstancialização global, têm-se um desenrolar crítico que influi sobre as formas de ser do trabalho em dois níveis diferentes: a) a mobilização do trabalho³⁴; e b) as relações de trabalho. Por um lado, a poupança de capital variável pelas unidades empresariais individuais, enquanto necessidade concorrencial objetiva, configura a dispensa de blocos cada vez mais significativos de trabalhadores por unidade produtiva. Mas, por outro, impõe tanto a mobilização de indivíduos para o cumprimento das “funções intermediárias” (Mandel, 1982, p. 269) no contexto de racionalização das despesas crescentes da reprodução crítica do valor, como a necessidade da

máxima exploração das parcelas (qualitativamente menores) de empregados absorvidos pelos capitais individuais. De modo irrefletido, atinente ao caráter “automático” da valorização, os maiores custos da reprodução, advindos do aumento da composição orgânica do capital global, tentam ser remediados às expensas dos trabalhadores superexplorados:

Desta perspectiva é necessário, sob pena de naufrágio na concorrência, mover cada vez mais material e produzir cada vez mais mercadorias recorrendo a cada vez menos força de trabalho (política de redução de custos da economia empresarial). É um facto que a força de trabalho a aplicar de acordo com o respectivo padrão produtivo tem de ser extorquida, aproveitada ao máximo e espremida da melhor maneira; mas o que conta para a economia empresarial não é, evidentemente, ter a maior quantidade possível dessa mão de obra, porque isso conduziria a uma produção de mais valor em termos absolutos, mas, pelo contrário, minimizar na medida do possível a força de trabalho própria aplicada. A redução sistemática da quantidade absoluta de trabalho operada pela economia empresarial, por um lado, e, ao mesmo tempo, o esforço por espremer o máximo de quantidade de trabalho relativa ainda a aplicar e sucessivamente minimizada, por outro, não constituem nenhuma contradição; pelo contrário, são duas faces da mesma moeda (Kurz, 2014, p. 236).

A “predominância da mais valia absoluta” pode ser compreendida, nesses termos, como disfuncionalidade crítica do modo de produção com base no valor, determinando as estratégias subjetivas de dominação e controle sobre o trabalho. A ascendência dessa nova condição para o exercício do trabalho reporta à crise da mais valia relativa como mecanismo compensatório da reprodução do valor (ainda que, como mencionado, mesmo o auge da reprodução pautada pela mais-valia relativa não significou, necessariamente, a extinção da forma de exploração “menos civilizada”). Não mais importa se o capital é capaz de extorquir cada vez mais tempo de trabalho, logrando transformar a quase totalidade do período de “dispêndio de músculos, nervos, cérebro” (MARX, 1988) individual em tempo excedente (relativa e absolutamente).

Com o recurso à “expansão interna” atravancado, a distensão da mais-valia enquanto tempo excedente individual torna-se tanto mais desimportante quanto mais se efetiva a poupança de capital variável no capital global. Afinal, são repelidas quantidades muito mais expressivas de trabalhadores do processo produtivo em proporção às porções integradas ao processo de valorização. Aqui, se revela novamente a contraposição entre o ponto de vista do capital individual e o plano do capital global, pois “o que está em causa – e isto é determinante – é a diminuição do valor e o aumento da mais-valia por elemento individual da força de trabalho, em média e no plano do valor (respeitante à totalidade da sociedade)” (Kurz, 2014, p. 254). A primazia da mais valia absoluta não significa, portanto, a restituição da acumulação pela precarização do trabalho. Trata-se da impossibilidade de regresso aos parâmetros históricos e temporários em que foi vigente, para certas parcelas sociais do centro capitalista, a generalização da mais-valia relativa que destravou o consumo de massa. É uma ilusão bastante comum de que a acumulação possa ser socorrida pela mobilização de uma gama crescente de superexplorados³⁵. Somando-se a isso as promessas de trabalho futuro irrealizáveis que a assunção do capital fictício representa, além dos maiores custos de reprodução social, pode-se derivar daí o viés sacrificial do trabalho na crise, cabendo aos trabalhadores precários carregar o peso do mundo nas costas e compensar o decréscimo da mais valia global.

Com o regresso do domínio da mais-valia absoluta, o capital mostra a carantonha destapada da barbárie, fazendo desaparecer, assim, a aparência de potencial civilizatório. Mas, ao contrário do capitalismo da máquina a vapor, o capitalismo da microelectrónica já não consegue sugar suficiente força de trabalho nesta base. Quando é empregue cada vez menos força de trabalho, também de nada serve o mais brutal esgotamento desta – a massa de mais valia cai, apesar de tudo. No mercado das mercadorias isto manifesta-se como um problema de vendas. É certo que as mercadorias continuam a embaratecer, através do desenvolvimento das forças produtivas, mas, numa situação de domínio da mais valia absoluta, tal nunca será suficiente para conseguir chegar à plenitude do consumo de massas. Salários e transferências sociais (subsídios de desemprego e de doença, apoios sociais, pensões de reforma, etc.) caem, em termos relativos e absolutos, mais depressa do que as mercadorias embaratecem. Uma combinação de desemprego em massa e “pobreza empregada” não consegue trazer a acumulação do capital, mas o capitalismo já não é capaz de outra coisa (Kurz, 2005).

No mais, há que se depreender que o desenvolvimento das forças produtivas sociais é o que enseja a constituição histórica da mais-valia relativa enquanto determinação da subsunção real do trabalho³⁶, ademais expressa também como crise imanente pela diminuição da quantidade de trabalho contida nas mercadorias e, em consequência, na diminuição do valor das mercadorias. A desvalorização é, assim, o evoluer da produtividade social, e enquanto crise imanente da acumulação, compreende também como seu momento o progressivo controle sobre o trabalho por intermédio da incrementação científica e racionalizada do processo produtivo. A menor incorporação global da força de trabalho, por andar *pari passu* com o desenvolvimento das forças produtivas, significa igualmente a acentuação dos processos de controle sobre o trabalho, seja por meio da incorporação de novas tecnologias, seja devido aos novos empreendimentos gerenciais que visam ampliar a racionalização sobre o processo (im)produtivo. Contudo, como a extração do tempo excedente no plano do valor está em proporção qualitativamente menor à massa de capital dessubstancializado, os avanços relativos à maior

fiscalização, monitoramento e intensificação do trabalho são irrisórios em termos de acumulação.

A uberização das relações de trabalho está inserida nessa problemática e é momento do processo crítico apresentado. Ainda que os aplicativos de serviços destaquem a maior racionalização do trabalho visando o controle e intensificação das atividades, eles não escapam da dupla determinação dos serviços anteriormente citada: por um lado, suas inovações reportam-se à extensão dos desenvolvimentos tecnológicos previamente desenvolvidos na indústria, pelos quais as unidades empresariais individuais visam a economia de trabalho vivo em prol da maior competitividade (Mandel, 1982); por outro lado, no contexto das crescentes despesas sistêmicas, sua dinâmica se atém à transferência de custos da reprodução crítica, expressos na falsa externalização por meio dos serviços e da terceirização (Kurz, 2002). Combinam, portanto, a dispensa da força de trabalho, a intensificação da atividade e a extensão das jornadas, determinando-se pela mais-valia absoluta e pela transferência dos custos para o polo do trabalho, que só criticamente pode arcar com os mesmos. A normalidade capitalista é falseada pela geração de postos de trabalho improdutivos, afinal o trabalho é aí “visibilizado” e a uberização faz parte do rol de soluções criativas emergenciais. O suposto trabalho “qualificado” se inclui nessa seara, as atividades de supervisão e regulação (Marx, 2011, p. 591) dos serviços externalizados da produção (os programadores, cientistas de dados etc.), aprofundando a dominação abstrata pela gestão racional do tempo esvaziado do trabalho abstrato.

Ademais, frisamos que além do equívoco que deriva a acumulação do capital em geral a partir do plano individualizado das empresas terceirizadas, é comum notar que a grande otimização das empresas de aplicativo, a saber, a larga transferência de custos ao trabalho, é um procedimento conceitualmente diverso de valorização do valor e acumulação de capital. Ainda que essas empresas se apresentem ao nível do mercado como mais competitivas, mais leves por se esgueirarem dos

custos relativos ao capital variável, o custo social da reprodução crítica não desaparece no plano global (Kurz, 1995). A transferência às expensas do trabalhador, ou melhor, o custo “compartilhado” com os uberizados, denota o déficit do processo de acumulação enquanto desvalorização geral, o contrário do que uma associação imediata entre superexploração e acumulação do capital costumeiramente supõe. Essa composição termina por explodir no plano fenomênico também como crise de realização. Cabe, portanto, pesquisa não somente dos capitais fictícios excedentes que sustêm essas empresas plataformas, mas da generalização e amplificação do crédito por meio das transferências de custos para o trabalho, que só pode ser arcada por meio do endividamento dos empresários de si mesmos. A cotidianidade, o trabalho e o consumo em tal fundo crítico, se constituem também como concretude e realidade do capital fictício (Pitta, 2019), que mobiliza para o trabalho e para o consumo.

4. Urbanização crítica periférica e “subsunção real da viração”

Por fim, nos resta abordar os sentidos contidos dos atuais serviços de plataforma no contexto da particularidade periférica brasileira. Partindo de uma compreensão crítica da indústria e do urbano periférico, pretendemos apontar como as condições de trabalho na periferia do sistema se determinam pela simultaneidade com o centro, revelando as mediações entre a metropolização periférica negativa e a reprodução global do capital geral como crise imanente e contradição em processo.

Para Alfredo e Silva (2011), a constituição da indústria nacional corresponde “à não constituição automática de sua categoria fundamental [o trabalho] no interior da sociedade brasileira”, dado o particularismo da acumulação na relação entre capital industrial e trabalho. De frente ao fato de a industrialização nacional ter de se fazer estritamente urbana (Oliveira, 2003), como “centralidade do trabalho”, os autores indicam a negatividade

dos sentidos dessa urbanização e dessa centralidade do trabalho. O argumento é de que a indústria, como síntese da forma específica do processo de centralização do urbano, é momento de reprodução de uma realidade agrária proeminente e que, através das unidades industriais, adita sua capacidade produtiva. Os percalços desse estabelecimento industrial possuem por referência a não constituição de uma divisão social do trabalho enquanto momento da reprodução do trabalho. Oliveira se reporta a essa condição ao tratar do setor de serviços no urbano, citando a escassez “dos serviços propriamente urbanos, diferenciados e desligados da unidade fabril propriamente dita, as chamadas ‘economias externas’” (2003, p. 55). O que Alfredo e Silva (2011) verificam é o não estabelecimento de uma “revolução industrial” constituidora de “capital social”³⁷, o que se manifesta no urbano e se desdobra nas dificuldades da reprodução ampliada interna como forma categorial negativa da modernização nacional. Face à impossibilidade da generalização propriamente urbana do trabalho produtor de valor, seu suporte se dá posteriormente, através de investimentos estrangeiros, dadas as incongruências da acumulação aquém do nível de produtividade e remuneração da reprodução mundial. Porém, tais desdobramentos críticos são representados de modo positivo, enquanto constituição da acumulação nacional, fetichismo como “momento de expansão interna da indústria que não estabeleceria a possibilidade de reposição de sua categoria fundamental, o próprio trabalho” (Alfredo; Silva, 2011, p. 175).

A “especificidade de uma centralidade do trabalho que se fez como sentido, mas não o pôs como efetividade movente da acumulação propriamente urbana” (Alfredo; Silva, 2011, p. 176), demonstra-se nos efeitos distintos do aumento na produtividade do trabalho. Ao invés da diminuição de tempo necessário implicar a detração do valor da força de trabalho que se conjuga à incorporação de novas mercadorias ao mínimo indispensável para vida (Mandel, 1984), esse processo se desenrola criticamente na periferia capitalista. O desvio gradativo dos capitais para o

uso de capital intensivo (poupador de trabalho), contraposto à preponderância da produção baseada em trabalho intensivo, reforça a tendência secular de crescimento do exército industrial de reserva, posto que o ritmo de expansão dos novos estabelecimentos industriais mostrou-se muito inferior ao crescimento da superpopulação relativa, sendo absolutamente incapaz de acompanhar o despejo relativo da força de trabalho, como forma de ser negativa da realização das categorias capitalistas. Resulta “uma relação de forças desfavorável no mercado de trabalho, devido a um exército industrial de reserva cada vez maior” (Mandel, 1984, p. 45), sujeitando volumosos contingentes à marginalidade do processo produtivo. Fundando-se em taxas altas de exploração e poupando mão de obra, a indústria nacional deixa à margem do setor produtivo um contingente que só sobrevive mediante surgimento de uma economia tida como informal. Daí, a “proliferação de um trabalho tarefeiro, sem qualificação” que se contrapõe a emergência do trabalho produtivo que incorpora uma minoria do montante total de trabalho disponível (Damiani, 2004, p. 29), correspondente à unidade contraditória na qual o informal faz-se como regra e o formal como exceção (Maricato, 1996).

Nesse sentido, discordamos da interpretação de Abílio acerca das atividades uberizadas se constituírem como “subsunção real da viração”³⁸ pelo capital (2017), uma vez que tal interpretação desconsidera a simultaneidade lógica referente às imbricações processuais gerais da contradição. Na proposição de “subsunção real da viração” enquanto “novo estágio da exploração do trabalho” (Abílio, 2017), a viração, que nada mais é do que a forma de ser negativa (periférica) do trabalho subsumido realmente, se dá como exterioridade da reprodução, como solo extrínseco a ser subsumido pelo grande capital. Contudo, como imposição histórica da forma social capital, a “subsunção formal” que precede a “subsunção real”, se dá, em Marx, sobre “*formas sociais preexistentes*”, ou seja, em “configuração baseada em diversos processos de produção

anteriores e outras condições de produção; o capital subsume em si determinado processo de trabalho existente, como, por exemplo, o trabalho artesanal ou o tipo de agricultura que corresponde à pequena economia camponesa autônoma” (MARX, 1985, p. 75). Desde quando as estratégias de sobrevivência e a “viração” poderiam remeter a “processos de trabalho tradicionais”, subsumidos apenas formalmente ao capital, como o trabalho artesanal ou a agricultura camponesa? Vale, mais uma vez, menção a Oliveira, ao explicitar que “ao contrário do modelo ‘clássico’, que necessitava absorver sua ‘periferia’ de relações de produção, o esquema num país como o Brasil necessitava criar sua ‘periferia’; neste ponto, o tipo de inserção da economia do país no conjunto da divisão internacional do trabalho do mundo capitalista é decisivo” (2003, p. 66).

De outro modo, a consideração dialética acerca da urbanização crítica desvela o estabelecimento do trabalho na periferia como sentido que, inversamente, se realiza no trabalho como pura negatividade, sem chegar a se constituir em “sua positividade: como atividade, como fonte viva do valor, possibilidade universal da riqueza como sujeito” (Damiani, 2004, p. 28). A viração, o trabalho informal, a precariedade, a superexploração etc. foram e são, tão somente, a efetividade da subsunção real, a não absorção da força de trabalho disponível e a sobrevivência frente à violência dos termos postos por essa mesma efetivação. Portanto, ainda que possa existir alguma pertinência em transferir à periferia o título de nova centralidade, salientamos o viés essencialmente negativo, como produto histórico de uma contradição em processo, mas que também já se manifestava como crise imanente ao ser o periférico da centralidade, o negativo da acumulação. A periferia não é vanguarda de inovações perversas instituidoras de um renovado modo de produção capitalista, mas o prenúncio da crise. Esta, aliás, é a tese final de Kurz em *O Colapso da Modernização*, quando comenta que “a lógica da crise está avançando da periferia para os centros. Depois dos colapsos do Terceiro Mundo nos anos 80 e do socialismo real no começo dos anos 90, chegou a hora do

próprio Ocidente” (1992, p. 204, grifo nosso). A uberização, nesse enquadramento, se compreende por meio do desgaste da própria contradição “centro periferia”.

Em verdade, põe-se a questão da possibilidade de esta relação centro periferia se estabelecer em sua dimensão também crítica, já que seu fundamento – o trabalho – se faz como tal, isto é, como crise. Se a “periferia” é o local de máxima expressão da crise geral do trabalho na sociedade capitalista atual, como pensar a partir disso uma centralidade específica determinada pelo trabalho? (Alfredo; Silva, 2011, p. 184).

4. Considerações finais

Nossa apresentação tencionou demonstrar como os atuais processos de racionalização que se estendem sobre o trabalho precário, como controle e gestão das relações de trabalho, podem ser interpretados como historicamente determinados pela crise fundamental do modo de produção baseado no valor.

Não se deve, contudo, ignorar toda a gravidade crítica que os sentidos negativos e contraditórios do aprofundamento da racionalização contêm enquanto contradição em processo, na medida em que indicam algo além da ultrapassagem da determinação pelo momento de não-trabalho, realizada como integração negativa pelo consumo (cuja aparência positiva e o fundamento negativo emergem de modo diverso no centro e na periferia). O que se depreende, ademais, na observação do cotidiano uberizado e precário é a absolutização da racionalização enquanto reforço do fetichismo social, da estrutura de reificação, de par com a reprodução ampliada em sua “ficção real” (Kurz apud Pitta, 2019). A dessubstancialização do trabalho se expressa como reforço da relação formal.

Trata-se de um absurdo: a sociedade, nunca como agora, que o trabalho se tornou supérfluo, se apresentou tanto como uma sociedade organizada em torno do trabalho. Precisamente no momento em que está a morrer, o trabalho revela-se uma potência totalitária que não tolera nenhum outro deus junto de si. Dentro da vida psíquica, dentro dos poros do dia a dia, o trabalho determina o pensamento e os comportamentos (KURZ, 1999).

Nesses termos, a reprodução crítica do valor é a reprodução do que Kurz denomina “matriz a priori fetichista” (2007), que se expressa criticamente em “mudanças no plano subjetivo, na forma de identidades compulsivas flexíveis, inapelavelmente exigidas pelo turbocapitalismo” (Scholz, 2016), frente à desagregação da modernidade enquanto superfluidade, corrosão de uma totalidade relacional de fundo contraditório e que também inclui seus momentos dissociados.

A SUPERFLUIDADE objectiva é a verdadeira categoria, a que é decisiva, não simplesmente a precariedade, que é o mero sentimento disso e que parece ser o subjectivamente verdadeiro, com a manutenção de uma actividade profissional seja de que tipo for, que deve ser mantida incondicionalmente, nem que seja na forma de um pós-moderno empresariado de si mesmo, tendo por fundo uma sociedade do trabalho concebida como ontológica. O medo de tornar-se supérfluo é tão grande que apenas consegue identificar-se a si mesmo teoricamente como o tornar-se precário, sendo assim tabu o chegar ao fim absoluto da sociedade do trabalho; este é o horror puro e simples para o precário, que se vê obrigado a posicionar-se no interior de relações em decadência para se poder manter a si mesmo como ser que se esforça ao máximo. Tudo isto tem de ser entendido no quadro de uma crítica geral da dissociação-valor, como crítica que a si mesma se afirma e simultaneamente se restringe (Scholz, 2016).

Defere-se que o surgimento dessa tipologia de serviços corresponde à crise da relação social trabalho como base da produção de valor, jamais de sua atualização a partir de nova fronteira para a extração de mais valia. A superfluidade, como fundamento que se expressa subjetivamente enquanto precarização (Scholz, 2016), dissimula a precariedade da reprodução do próprio capital que se repõe aprofundando os processos de

racionalização. Por isso, a leitura positiva dessas atividades, deslocada do contexto histórico específico de crise estrutural, com base na conjugação entre aprimoramento do controle sobre o trabalho e precariedade, ignora outros momentos analíticos para além da exploração do trabalho, os quais permitiriam acessar sua negatividade crítica. Se incorre no encaixe anacrônico da “aparência” fenomênica do trabalho precário racionalizado tornado, imediatamente, metonímia de sua atual “essência” crítica e, assim, a reprodução capitalista se restaura sem maiores impedimentos. Nesse quadro, se finda por harmonizar a contradição em processo enquanto negação simultânea de seus próprios fundamentos.

Notas

1. O debate sobre a *uberização* é diverso e se espalha por vários campos de pesquisa. Em parte, isso se revela na indeterminação do conceito, dada a pluralidade das perspectivas que o aplicam. A ele, são cingidos termos como “Economia de Compartilhamento” ou “Gig Economy”, expressões que também detêm variações quanto às suas definições, mas que gravitam em torno de uma esfera comum de acontecimentos. Neste escrito nós nos reportaremos, de modo generalizado, às interpretações críticas que tencionam inferir os sentidos sócio-históricos contidos no fenômeno. Denota-se, sobretudo, a relevância e originalidade do artigo de Abílio (2017), “Uberização do Trabalho: Subsunção Real da Viração”.

2. Em levantamento realizado pela “99”, empresa e aplicativo de transporte individual, em São Paulo houve alta de 32% no consumo desses serviços entre os segmentos mais pobres (com faixa salarial até R\$2612), durante os meses de fevereiro e agosto de 2020. Já em 2021, em levantamento da mesma empresa, o aumento foi de 75% entre a mesma camada da população. Considerando que esses dados estão associados a uma menor utilização dos serviços de transporte por aplicativo pelos segmentos sociais mais ricos, uma conclusão possível para essa tendência é a necessidade de se deslocar durante o contexto de pandemia. Ao contrário dos setores médios e mais abastados da população, que tiveram oportunidade de “ficar em casa” e trabalhar via “home office”, trabalhadoras e trabalhadores optaram por esses serviços como estratégia para minimizar os riscos de contágio pelo vírus Sars-Cov 2, onerando e sobrecarregando ainda mais o polo do trabalho, mesmo que optemos por focar pelo momento do consumo ou da circulação como ida e volta ao trabalho. “Mais pobres aumentam uso de carros de aplicativos durante pandemia, 99 e Uber fazem promoções”. *Folha de São Paulo*, 3 set. 2020. Disponível em: <https://avenidas.blogfolha.uol.com.br/2020/09/03/mais-pobres-aumentam-uso-de-carros-de-aplicativo-na-pandemia-e-99-e-uber-fazem-promocoas/>.

Acesso em: 13 fev. 2023. “Uso de transporte por app cresce 75% entre os mais pobres”. *Icarros*, 13 abr. 2021. Disponível em: <https://www.icarros.com.br/noticias/geral/uso-de-transporte-por-app-em-sp-cresce-75-entre-mais-pobres/29048.html>. Acesso em: 13 fev. 2023.

3. Segundo declaração pública da empresa, o número de condutores no Brasil decuplicou em apenas um ano: entre outubro de 2016 a outubro de 2017, a quantidade de guias prestadores dos serviços incorporados pela Uber saltou de 50 mil para 500 mil. Em 2017, o número de condutores na cidade girava em torno de 50 mil, sobrepujando com sobras a quantidade de taxistas cadastrados à época. “Número de motoristas do Uber cresce dez vezes em um ano no Brasil”. *Folha de São Paulo*, 30 out. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/10/1931013-numero-de-motoristas-do-uber-cresce-dez-vezes-em-um-ano-no-brasil.shtml>. Acesso em: 20 fev. 2023. “Número de carros de apps supera o de táxis em SP, revela secretário de Dória”. *Folha de São Paulo*, 4 jan. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/02/1855880-numero-de-carros-do-uber-supera-o-de-taxistas-em-sp-diz-secretario-de-doria.shtml>. Acesso em: 20 fev. 2023.

4. Para apurar esta definição: “Nas atuais pesquisas domiciliares do IBGE, as ocupações são apresentadas segundo a Classificação de Ocupações para Pesquisas Domiciliares (COD) e as atividades, segundo a Classificação Nacional de Atividades Econômicas Domiciliar 2.0 (CNAE Domiciliar 2.0). [...] Dito isso, a ocupação dos motoristas e entregadores por aplicativos é classificada nas seguintes famílias, conforme o tipo de veículo que conduzem: 8322: condutores de automóveis, táxis e caminhonetes; 8321: condutores de motocicletas; e 9331: condutores de veículos acionados a pedal ou a braços. Quanto à atividade principal do empreendimento, os motoristas e entregadores por conta própria são classificados nas seguintes classes: 49030: transportes rodoviários de passageiros; 49040: transportes rodoviários de carga; e 53002: atividades de malote e de entrega” (IPEA, 2021, p. 4, 5).

5. Exploraremos a seguir o caráter contraditório da indispensabilidade. Vale mencionar que um mês após as recomendações de isolamento social, um único aplicativo de entregas recebeu quase 90 mil inscrições para a participação, ao passo que a demanda pela entrega aumentou cinco vezes mais. “Candidatos a entregador mais que dobram após isolamento causado pelo coronavírus”. *G1*, 1 mar. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2020/04/01/candidatos-a-entregador-de-aplicativo-mais-que-dobram-apos-isolamento-causado-pelo-coronavirus.ghtml>. Acesso em: 13 fev. 2023.

6. Sobre a ilusão e a desilusão com a “Economia de Compartilhamento”, ver Slee (2017); Scholz (2016); Morozov (2019).

7. Em outras palavras, na “oposição entre o aumento da produtividade material, por um lado, e a objectualidade do valor abstracto, por outro: a massa crescente de produtos concretos é cada vez mais difícil de representar como substância do valor e de converter em dinheiro, mas este último é a única coisa que está em causa no capitalismo” (Kurz, 2014. p. 225).

8. Estipulada no início do período de isolamento, de acordo com Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020: “São serviços públicos e atividades essenciais aqueles indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, assim considerados aqueles que, se não atendidos, colocam em perigo a sobrevivência, a saúde ou a segurança da população”. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10282.htm>. Em 2022, após paulatina abertura, o decreto foi revogado pelo Decreto nº 11.077.
9. “Na crise, Uber vira opção ao desemprego”. *Estadão*. Disponível em: <https://infograficos.estadao.com.br/focas-ubereconomia/mobilidade-1.php>. Acesso em: 13 fev. 2023. <<https://infograficos.estadao.com.br/public/focas-ubereconomia/>>. “Desemprego alto faz até profissional com faculdade virar Uber”. *UOL*, 3 ago. 2019. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/reportagens-especiais/profissionais-com-faculdade-viram-uber/> <<https://economia.uol.com.br/reportagens-especiais/profissionais-com-faculdade-viram-uber/>>. Acesso em: 13 fev. 2023. “Com a alta do desemprego trabalhar com Uber é aposta do momento”. *Digitais*, 30 ago. 2016. Disponível em: <https://digitaispuccampinas.wordpress.com/2016/08/30/campineiros-apostam-na-oportunidade-de-trabalhar-com-uber-em-funcao-do-desemprego/>. Acesso em 13 fev. 2023. <<https://digitais.net.br/2016/08/com-a-alta-do-desemprego-trabalhar-com-uber-e-aposta-do-momento>>.
10. Sobre o âmbito da subjetividade sacrificial, Kurz tece o seguinte comentário: “Acrecece que a democratização da crise exige o estatuto de sacrifício interiorizado do sujeito moderno, que nele toma consciência de si próprio; e o auto-abandono voluntário em nome do fetiche do capital, por falta de capacidade de sacrifício de energia vital e de trabalho, constitui a derradeira glória do autocontrole capitalista e da sua loucura de exequibilidade” (2014, p. 372).
11. “O próprio capital é a contradição em processo, [pelo fato] de que procura reduzir o tempo de trabalho a um mínimo, ao mesmo tempo que, por outro lado, põe o tempo de trabalho como única medida e fonte da riqueza. Por essa razão, ele diminui o tempo de trabalho na forma do trabalho necessário para aumentá-lo na forma do supérfluo; por isso, põe em medida crescente o trabalho supérfluo como condição – questão de vida e morte – do necessário” (Marx, 2011, p. 588).
12. Scholz, não obstante partilhar da concepção de um “processo de decomposição do trabalho abstrato”, põe em relevo a necessidade de se considerar as “diferenças sociais reais” para que a crítica não incorra em um ponto de vista reduzido e abstrato, típico das classes médias. O menosprezo às hierarquizações e posições sociais dão mostras de uma teoria que parte da individualidade abstrata e universal, desconsiderando os contextos particulares concretos dos grupos sociais que vivem a precariedade de modo absolutamente diverso, objetiva e subjetivamente. O apagamento desses rastros e o descomprometimento com as definições das diferenças se constitui, para a autora, inclusive como uma espécie de ato de autocompaixão das classes médias para consigo mesmas, na medida em que o nivelamento abstrato das diferenças encobriria sorrateiramente determinados “interesses concorrenciais inconfessáveis”, num contexto de deterioração de sua posição social. Assim, com base na ideia de humanidade abstrata,

“em geral”, pela forma do valor e do direito, esses segmentos se justificam concorrencialmente ao se igualarem a indivíduos que, embora submetidos à dominação impessoal do capital e abrangidos pela relação de fetiche, vivenciam a “coação muda” da concorrência individualizada na crise de maneira bem mais brutal (2008).

13. Quanto às mediações entre o pensamento e o real, concedemos abertura para a indeterminação. Assim, de um lado, discute Damiani. “Não coincidem, exatamente, o real e o pensamento, isto é, o que existe não é, imediatamente e sem mediações, definido como pensamento. [...] Entre o real concreto e o real pensado existe um movimento, por si só, extremamente complexo. Contudo, no limite último, a afirmação de que não há conhecimento estritamente abstrato, explicado como uma substância transcendental, transcendente ao real concreto, é uma premissa da compreensão do conhecimento, segundo uma concepção materialista da história” (2008, p. 42). Com outra posição, argumenta Alfredo: “A admissão, no entanto, da coisa-em-si - o mundo dos objetos, no caso em questão - como algo existente independente da forma pela qual se faz o pensamento, efetiva uma falsa independência da relação sujeito e objeto que não permite apreciar a forma de pensar como algo que conforma, de modo fetichista, aquilo que se põe como objeto mesmo do pensamento. Daí o fetiche aparecer como explanação e não como o que deve ser desvelado enquanto tal. É, aliás, justamente aí que se dá o racionalismo dogmático desta forma de ser de um pensamento que, ao eleger esta materialidade física do real como o seu objeto, distinguindo estruturalmente a lógica do objeto da lógica do pensamento, não revela a sua própria condição abstracionista de ser. Abstracionista porque abstraiu a relação sujeito objeto e tornou o objeto material uma pura abstração, mas como tal abstração se faz como materialidade, não se colocando esta como forma de pensar, ilude-se o abstracionismo como pensamento materialista” (2010, p. 16).

14. “Como em geral em toda ciência histórica e social, no curso das categorias econômicas é preciso ter presente que o sujeito, aqui a moderna sociedade burguesa, é dado tanto na realidade como na cabeça, e que, por conseguinte, as categorias expressam formas de ser, determinações de existência, com frequência somente aspectos singulares, dessa sociedade determinada, desse sujeito, e que, por isso, a sociedade, também do ponto de vista científico, de modo algum só começa ali onde o discurso é sobre ela enquanto tal” (Marx, 2011, p. 59).

15. “Seria impraticável e falso, portanto, deixar as categorias econômicas sucederem-se umas às outras na sequência em que foram determinantes historicamente. A sua ordem é determinada, ao contrário, pela relação que têm entre si na moderna sociedade burguesa, e que é exatamente o inverso do que aparece como sua ordem natural ou da ordem que corresponde ao desenvolvimento histórico” (Marx, 2011).

16. Mormente quando Kurz identifica a inflexão significativa entre a exposição lógica e a constituição histórica das categorias da forma social capital. Para ele, há momentos da explanação em que Marx recai no individualismo metodológico, como na investigação inicial da forma mercadoria, cujo desdobramento parece pressupor uma identidade (fetichista) entre a abstração trabalho e a objetualidade da mercadoria, como cristalização ideal de um hipotético valor individual (2014).

17. No entanto, qualquer idealidade que deduza a história real por meio da lógica de “reprodução simples” pauta-se por uma retroprojeção ontológica das categorias basilares da forma social capital. Logo, importa ter em mente que mesmo a forma elementar da mercadoria se predetermina pelo apriorismo transcendental da valorização do valor, então inaugurado pela objectualidade do dinheiro emergida historicamente como “mercadoria-rainha” primordial (KURZ, 2014). De qualquer modo, nossa exposição teórica a partir da análise da forma mercadoria não se esquia do acréscimo de momentos típicos ao movimento do “capital” e sua dinâmica autorreferente, o que evidencia a impossibilidade de isolamento ideal das determinações que constituem o âmbito concreto do real histórico.

18. Visando apurar o conceito de forma, Marx disserta: “em todas as formas de sociedade, é uma determinada produção e suas correspondentes relações que estabelecem a posição e a influência das demais produções e suas respectivas relações. É uma iluminação universal em que todas as demais cores estão imersas e que as modifica em sua particularidade. É um éter particular que determina o peso específico de toda existência que nele se manifesta” (Marx, 2011, p. 59). Podemos, contudo, inserir alguns adendos à metáfora de uma “iluminação universal”, tendo em consideração os pontos cegos que compõem a totalidade em que repousa essa luz determinante. Indicando o pressuposto não idêntico daquilo que se constitui como “dissociado”, Scholz argumenta que a relação de dissociação, como “sem-forma”, se efetiva enquanto pressuposto co-constituente da forma social em processo. Para ficar na imagem utilizada por Marx, o dissociado não seria uma “cor imersa” em dada iluminação que modificaria sua particularidade, ao contrário, o estudo e a pesquisa do dissociado remetem à importância de qualificação das particularidades que não estariam submetidas a uma dada lógica (do valor), não obstante circunscrita pelo mesmo processo histórico e em mediação dialética com a forma enquanto sem-forma obscurecida (Scholz, 2016).

19. Em Alfredo, a “não trocabilidade como forma antitética e identitária da trocabilidade” remete à simultaneidade crítica das formas mercadoria e capital (2010, p. 41). A crise da valorização do valor revela-se na não efetividade dos tempos individuais que compõem a média do “tempo social”. Logo, valorização e desvalorização são postas como simultaneidades espaciais. Ainda que a bancarrota faça parte da normalidade do “dia a dia burguês” (Kurz, 2014), trata-se de melhor explorar conceitualmente a imanência crítica desse dia a dia, haja vista seu potencial de violência e destruição, tido como mera normalidade cotidiana.

20. O método de cobrança do transporte de passageiros baseia-se num sistema conhecido como “preços dinâmicos”, espécie de multiplicador de tarifas baseado em algoritmos que estruturam os preços com base na relação “oferta e demanda”. Essa última, por sua vez, pode se alterar de acordo com algumas variáveis: horários de pico, chuvas e alagamentos, eventos de grande porte, greves no transporte público etc. De fato, os motoristas não possuem qualquer tipo de controle ou ciência sobre o modo pelo qual esses preços são internamente engendrados e impostos a motoristas e passageiros. De outro lado, porém, há fatores para além do universo restrito dos aplicativos que influem e determinam os preços das corridas, como é possível observar na escalada crescente dos preços ofertados

por esses serviços de transporte. A alta nos preços dos combustíveis e os preços cada vez mais caros das corridas por aplicativos, além de mostrarem a fragilidade desse simulacro construído pelos “preços dinâmicos”, também põem em questão o poder dessas empresas em assegurar a manutenção de preços competitivos através de práticas de *dumping*. “Onda de cancelamento e alta no preço: o que será dos apps de transporte?”. *UOL*, 18 set. 2021. Disponível em: <https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2021/10/18/uber-pos-pandemia.htm>. Acesso em: 13 fev. 2023. “Descontentes com apps, passageiros optam por táxi em São Paulo”. *Folha de São Paulo*, 3 abr. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/04/descontentes-com-apps-passageiros-optam-por-taxi-em-sao-paulo.shtml>. Acesso em: 13 fev. 2023.

21. Sobre as relações entre tempo de rotação do capital fixo e prolongamento da jornada de trabalho, comenta Ribeiro: “A necessidade histórica de continuidade de extração de mais-valia absoluta está relacionada à constituição da mais-valia relativa, à inserção de maquinaria enquanto força produtiva. A maquinaria, ao mesmo tempo que aumenta a mais valia relativa, tem necessidade de aumentar a extração de mais-valia absoluta, explorando extensivamente a força de trabalho para pagar a máquina e compensá-la de seu desgaste físico e moral posto pela concorrência e constante desenvolvimento de nova maquinaria, como forças produtivas. Portanto quanto mais se explora a força de trabalho e aumenta a jornada de trabalho, mais rápido a máquina se paga” (2015, p. 172).

22. Aí se rompe a unidade imediata entre a produção material e a substância social valor, como contradição entre abstração e matéria. É nesse preconceito que reside o juízo comum de que o aumento da produção mercantil *sempre* represente mais produção de valor. Tal credulidade é pautada pelo que Pitta denomina “fetichismo de materialidade” (2020), embora para nós todo o fetichismo repousa na dialética negativa entre materialidade aparente e abstração essencial.

23. “Em outras palavras: para que o componente variável do capital global não só permaneça o mesmo de modo absoluto, mas cresça absolutamente embora sua percentagem enquanto parte do capital global caia, o capital global tem de crescer em proporção maior do que aquele em que cai a percentagem do capital variável” (Marx, 1988b, p. 161).

24. Pensar que a história se repete como “farsa” significa, ademais, que a história não se repete. As manifestações fenomênicas que aparentam ser as mesmas remetem, em realidade, a conteúdos situados em ordens contextuais diversas. São, portanto, apenas representações.

25. De fato, o fordismo exprime o movimento contratendencial de aumento da massa de mais valia em conjunto com o aumento da massa de lucro, através do maior emprego absoluto da força de trabalho. Isso se deu devido à expansão produtiva gerar uma massa adicional de valor mais rapidamente do que sua queda relativa, derivada do aumento da composição orgânica e da repulsa de capital variável, compensando esses últimos fatores ao distender as possibilidades de investimento no mercado. Porém, Kurz assinala que o próprio “apogeu” da história capitalista portava consigo sua própria delimitação como período histórico circunscrito (Kurz, 1995). Desse modo, argumenta que os contingentes colossais de trabalhadores mobilizados para o trabalho e consumo fordistas se deram em

concomitância com uma dependência maior do investimento fora da produção real de valor, no qual aplicações expressivas de capital ocioso convergiam para esferas improdutivas que, desde o início, alicerçaram seu decurso, como a infraestrutura, serviços, créditos etc.

26. Na sociedade da Grande Indústria, quanto maior a proporção de capital fixo maior é a necessidade de matérias primas que transmitam esse valor do capital fixo em mercadorias que, por seu turno, lhe retornarão o valor investido. Para Alfredo, “diante desta exacerbação quantitativa, a sociedade capitalista deixa de se determinar pela produção para se produzir pelo consumo” (2010, p. 45). A reprodução dependente do consumo exacerbado decorre devido à demora em rotar o capital fixo. Isso agrava-se ainda mais com o constante incremento de capital fixo, proveniente do aumento da composição orgânica. “O fato é que, com os investimentos postos no desenvolvimento das forças produtivas a contradição entre capital fixo e circulante (fluido) desencadeia a necessidade de a sociedade como um todo se pôr como excessivamente consumidora, pois, a redução relativa da massa de mais valia produzida carece passar o valor do capital fixo num volume cada vez maior de produção de mercadorias, forma única, mas impossível, de o capital valorizar o valor posto como máquinas e bens de produção (capital fixo)” (Alfredo, 2010, p. 45).

27. Vale aqui menção à pesquisa de Ribeiro (2015) sobre a expansão e abertura de formas de crédito aos segmentos sociais classificados como “pobres” da população brasileira. “Vai crédito hoje?": do “curto circuito” ao blackout da reprodução crítica do capital fictício em São Paulo”.

28. Para a compreensão do estouro das bolhas tanto nos países centrais, como na particularidade brasileira, e a progressão monstruosa de produção e consumo que repousam sobre a extensão do capital fictício, processo em que criação de dinheiro “sem valor” exige o momento da corporeidade das mercadorias, ver Pitta em “O Crescimento e a Crise da Economia Brasileira no século XXI como Crise da Sociedade do Trabalho”, 2020.

29. “Quanto mais generalizada a produção de mercadorias e quanto mais adiantada a divisão do trabalho, tanto mais essas funções intermediárias precisam ser sistematizadas e racionalizadas, a fim de assegurar produção e venda contínuas” (Mandel, 1982, p. 269, 270).

30. “A terceirização no sentido referido até aqui transforma, portanto, ao que parece, trabalho improdutivo em trabalho produtivo, através da simples autonomização formal em empresa própria. Mas as coisas são diferentes no plano do *capital conjunto*, que como é óbvio não aparece imediatamente no cálculo dos chamados sujeitos econômicos, mas que pode todavia ser reconstruído teórica e analiticamente. Em primeiro lugar, é preciso dizer que as ‘despesas gerais’ improdutivas reaparecem no plano do capital conjunto, ou seja, as externalizações operadas pelas empresas singulares e os reagrupamentos no interior da reprodução conjunta reaparecem nos cálculos. As ‘despesas gerais’ improdutivas podem ser reduzidas, pelos motivos indicados, externalizando-as em empresas autônomas, mas, no plano do conjunto da sociedade, elas são sempre uma subtração da mais-valia conjunta. A representação dos ‘custos’ (da empresa que cria

mais-valia) como ‘ganhos’ (da empresa que fornece serviços) desaparece no plano do capital conjunto”. (Kurz, 2002).

31. Para Mandel, a expansão do setor de serviços é, na melhor das hipóteses, um “mal menor”. “É preferível à existência de capitais excedentes ociosos, mas continua sendo um mal à medida que não tem nenhuma relação direta com o aumento da massa total de mais-valia e que indiretamente só contribui muito modestamente para esse aumento, ao reduzir o tempo de rotação do capital” (1982, p. 284). E, mais à frente, salienta que a expansão dos serviços, “possibilitada pelo progresso da ciência e da tecnologia, está confinada dentro de limites que são tão estreitos quanto aqueles impostos pela expansão da automação. Em certo ponto do desenvolvimento, ambos destruiriam todo o processo de valorização do capital, e, com ele, o modo de produção capitalista” (1982, p. 285).

32. É curioso que, sob o ponto de vista do individualismo metodológico, tais análises desconsiderem as crescentes dificuldades desses capitais individuais “amontoados em capitais de riscos” (Slee, 2017) em obter lucros, afora toda a exploração, racionalização e transferência de custos. No caso, o grande exemplo é a empresa Uber, que há anos apresenta com bastante embaraço resultados pífios aos seus investidores.

33. “Uber compra US\$ 1 bilhão em carros que vão dirigir sem motorista”. *Tecnoblog*, 22 nov. 2017. Disponível em: <https://tecnoblog.net/228386/uber-um-bilhao-carros-autonomos/>. Acesso em: 16 fev. 2023. “iFood vai testar entregas com drones no Brasil”. *Tecmundo*, 16 ago. 2020. Disponível em: <https://www.techtudo.com.br/noticias/2020/08/ifood-vai-testar-entregas-com-drones-no-brasil-veja-perguntas-e-respostas.ghtml>. Acesso em: 16 fev. 2023.

34. A mobilidade da força de trabalho é assim introduzida como a condição de exercício da sua ‘liberdade’ de se deixar sujeitar ao capital, de se tornar mercadoria cujo consumo criará o valor e assim produzirá o capital (Gaudemar, 1977, p. 190).

35. Discordamos de Fontes quando, ao contrário, argumenta que a deterioração do emprego como forma jurídica do trabalho demonstra sua transformação “em trabalho isolado e diretamente subordinado ao capital, sem a mediação contratual e desprovido de direitos” (Fontes, 2017, p. 55), o que deve se traduzir em novas estratégias de se extrair e capturar o valor através de novas tipologias de expropriações. Para nós, a mais-valia abduzida não é mais suficiente para repor os custos sociais da reprodução em acordo com as necessidades de crescimento do capital global, o que só pode ser atendido através do recurso ao capital fictício.

36. “A subsunção real do trabalho no capital desenvolve-se em todas aquelas formas que produzem mais valia relativa, ao contrário da absoluta” (MARX, 1985, p. 104).

37. Para Marx o capital social implica não somente a constituição dos dois departamentos da economia (produtor de máquinas (I) e produtor de bens de consumo (II)), como, a partir disso, o entrelaçamento dos diversos ramos produtivos, a efetivar o capital global (Alfredo; Silva, 2011, p. 172).

38. Abílio referencia Vera Telles ao abordar a viração como constitutiva da vida e sobrevivência dos trabalhadores de baixa qualificação e rendimento: “O viver por um fio das periferias brasileiras significa um constante agarrar-se às oportunidades, que em termos técnicos se traduz na alta rotatividade do mercado de trabalho brasileiro, no

trânsito permanente entre trabalho formal e informal [...], na combinação de bicos, programas sociais, atividades ilícitas e empregos” (Abílio, 2017).

Referências

- ANTUNES, Ricardo (org.). 2020. **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. 1. ed. São Paulo: Boitempo. 333 pp.
- ABÍLIO, Ludmila Costhek. Uberização do Trabalho: Subsunção Real da Viração. **Passa Palavra**, 2017. Disponível em <<http://passapalavra.info/2017/02/110685/>>.
- ABÍLIO, L. C.; AMORIM, H.; GROHMANN, R. Uberização e plataformação do trabalho no Brasil: conceitos, processos e formas. **Sociologias**, [S. l.], v. 23, n. 57, p. 26–56, 2021. DOI: 10.1590/15174522-116484. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/116484>. Acesso em: 16 nov. 2022.
- ALFREDO, Anselmo. Crise Imanente, Abstração Espacial. Fetice do Capital e Sociabilidade Crítica. **Terra Livre**, São Paulo, ano 26, v. 1, n. 34, p.37-62, jan-jun. 2010.
- ALFREDO, Anselmo; SILVA, Ana Cristina Mota. Modernização e Contradições Espaço-Temporais. Centralidades e Periferias na Metrópole de São Paulo. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 91, p. 159 – 188, 2011.
- DAMIANI, Amélia. **Espaço e Geografia: Observações de método. Elementos da obra de Henri Lefebvre e a Geografia. Ensaio sobre Geografia Urbana a partir da Metrópole de São Paulo**. Tese de Livre Docência, São Paulo, 2008.
- DAMIANI, Amélia. Urbanização Crítica e Situação Geográfica a partir da metrópole de São Paulo. In: CARLOS, Ana Fani; OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. (org). **Representações e crise da Metrópole**. Vol 1. São Paulo, Contexto, 2004, p.19-58.
- FONTES, Virginia. Capitalismo em tempos de uberização: do emprego ao trabalho. **Marx e o Marxismo – Revista do NIEP-Marx**, v. 5, n. 8, p. 45–67, 2017. Disponível em: <http://www.niepmarx.blog.br/revistadoniep/index.php/MM/article/view/220/177>. Acesso em: 24 set. 2018.
- GAUDEMAR, Jean Paul de., **Mobilidade do Trabalho e Acumulação do Capital**, Lisboa, Estampa, 1977.
- GRESPLAN, Jorge. **O Negativo do Capital**. 2a Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- GROSSMANN, Henryk. **La Ley de la Acumulación y del Derrumbe del Sistema Capitalista**. México: Siglo XXI, 1979.
- Grupo Krisis. **Manifesto contra o trabalho**. Disponível em: <<https://www.krisis.org/1999/manifesto-contra-o-trabalho/>>
- KURZ, Robert. **A ascensão do dinheiro aos céus**. Revista exit!, 2002. Disponível em <<http://www.obeco-online.org/rkurz101.htm>>.
- KURZ, Robert. **Com todo vapor ao colapso**. In: _____. Com todo vapor ao colapso. Rio de Janeiro: Pazulin, 2004, p. 11-41. Disponível em <<http://www.obeco-online.org/rkurz91.htm>>.
- KURZ, Robert. **Mais valia absoluta**. Revista exit!, 2005. Disponível em <<http://obeco.planetaclix.pt/rkurz190.htm>>.

KURZ, Robert. **Cinzentas é a árvore dourada da vida e verde é a teoria: o problema da práxis como evergreen de uma crítica truncada do capitalismo e a história das esquerdas.** Revista exit!, 2007. Disponível em <<http://www.obeco-online.org/rkurz288.htm>>.

KURZ, Robert. **O colapso da modernização.** São Paulo, Paz e Terra, 1992.

KURZ, Robert. **Sobreprodução.** Revista exit!, 2009. Disponível em <<http://www.obeco-online.org/rkurz351.htm>>.

KURZ, Robert. **Dinheiro sem valor.** Lisboa, Editora Antígona, 2014.

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno.** Lisboa. Ulisseia, 1991.

LUKÁCS, Gyorgy. **História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista.** Tradução de Rodney Nascimento - São Paulo, Martins Fontes, 2003.

MANDEL, Ernest. **O Capitalismo Tardio.** São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARICATO, Erminia. **Metrópole na Periferia do Capitalismo.** Ilegalidade, desigualdade e violência. São Paulo: Editora Hucitec, 1996, 141p.

MARX, Karl. **Capítulo VI Inédito de O Capital.** São Paulo: Ed. Moraes, 1985.

MARX, Karl. **Grundrisse.** Manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política. Rio de Janeiro: Boitempo Editorial, 2011.

MARX, Karl. **O Capital - Crítica da Economia Política.** Vol. I Tomo 1. Coleção Os Economistas. 3ª Ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MARX, Karl. **O Capital - Crítica da Economia Política.** Vol. II Tomo 2. Coleção Os Economistas. 3ª Ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MARX, Karl. **O Capital - Crítica da Economia Política.** Vol. IV Tomo 1. Coleção Os Economistas. 3ª Ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MENEGAT, Marildo. **A crítica do capitalismo em tempos de catástrofe: o giro dos ponteiros do relógio no pulso de um morto e outros ensaios.** São Paulo: Consequência, 2019.

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à Razão Dualista/ O Ornitórrinco.** São Paulo, Boitempo, 2003.

PITTA, Fábio. **O crescimento e a crise da economia brasileira no século XXI como crise da sociedade do trabalho: bolha das commodities, capital fictício e crítica do valor-dissociação.** Em: Revista Sinal de Menos, n. 14, vol. 1, 2020. Disponível em: <https://sinaldemenos.org/2020/05/18/sinal-de-menos-14-vol-1/>.

POSTONE, Moishe. **Tempo, Trabalho e Dominação Social.** São Paulo: Boitempo, 2014.

RIBEIRO, Ana Sylvia Maris Ribeiro. **Vai crédito hoje: do curto circuito ao blackout da reprodução crítica do capital fictício em São Paulo.** São Paulo, 2015.

SCHOLZ, Roswitha. **Cristovão Colombo Forever.** Revista exit!, 2016. Disponível em <http://www.obeco-online.org/roswitha_scholz24.htm>.

SLEE, Tom. **Uberização: A Nova Onda do Trabalho Precarizado.** São Paulo: Elefante, 2017.